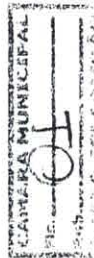


## PROTOCOLO DE INTENÇÕES

INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DA  
AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO  
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE  
SANEAMENTO DO COMPLEXO  
NASCENTES DO PANTANAL (AGERR  
PANTANAL).

*[Handwritten signature]*



### PREÂMBULO

Considerando que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 241, através de nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, autoriza os Municípios promoverem, através de Consórcios Públicos legalmente constituídos, a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Considerando que a Lei federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, Lei dos Consórcios Públicos, dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum entre Entes da Federação, lei que foi regulamentada pelo Decreto federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que dispõe de normas para a sua execução.

Considerando que a Lei federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Lei Nacional de Saneamento Básico, estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e define que o saneamento básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbana, lei que foi regulamentada pelo Decreto federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que dispõe de normas para a sua execução.

Considerando que, segundo a Lei Nacional de Saneamento Básico, os Municípios respondem pelo planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, além de serem, também, responsáveis pela prestação dos serviços, seja por meio de serviços próprios, seja por meio da contratação de terceiros.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signatures]*

**PROTOCOLO DE INTENÇÕES**  
**AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL -**  
**AGERR/PANTANAL**

Considerando que, ainda segundo a Lei Nacional de Saneamento Básico, as funções de planejamento, de regulação e de fiscalização dos serviços de saneamento são distintas e devem ser exercidas de forma autônoma, ou seja, por quem não acumula a função de prestador desses serviços, sendo necessária, dessa forma, a criação de órgão distinto, no âmbito da administração direta ou indireta.

Considerando que os Municípios identificados neste Protocolo de Intenções, estão localizados na região da bacia hidrográfica do Pantanal e são membros do Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal, entidade criada em 21 de Julho de 2007, portanto à luz da Lei federal nº 11.107/2005, e constituído na forma jurídica de associação pública, dotada de personalidade jurídica de direito público.

Considerando que esses Municípios optam por formar um novo consórcio, com o objetivo exclusivo de atuar no âmbito da regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, nos termos das leis federais nºs 11.107/2005 e 11.445/2007, com personalidade de direito público, sem prejuízo às ações desenvolvidas pelo Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal.

Considerando, que o Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal, na assembleia de 22 de setembro de 2017, deliberou por apoiar e promover a constituição de um consórcio público específico para fins de regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico de âmbito regional, e que essas atividades não sobrepõem e não prejudicam os objetivos estatutários do Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal.

Assim, em face da experiência acumulada do Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal e de sua forte presença regional, os Municípios mencionados neste Protocolo de Intenções entendem que o atendimento às exigências da Lei Nacional de Saneamento Básico deva ser de forma integrada, e que a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, para terem custos reduzidos, necessitam de escala, e a integração regional, através da constituição de consórcio público, pode ser a solução mais adequada, principalmente com a possibilidade de sua área de atuação ser ampliada para outros Municípios localizados fora da região do Complexo Nascentes do Pantanal.

E, considerando o fundamento jurídico da execução mediante cooperação federativa dessas atividades é a gestão associada de serviços públicos, enunciada no art. 241 da Constituição Federal (na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19), disciplinada pela Lei federal nº 11.107/2005 e regulamentada pelo Decreto nº 6.017/2007, legislação essa totalmente compatível com as diretrizes para o saneamento básico, previstas no art. 21, Inc. XX, da Constituição, e instituídas pela Lei federal nº 11.445/2007.

Dessa forma os Municípios subscritores deste Protocolo de Intenções propõem a criação da Agência Regional de Regulação dos Serviços de Saneamento do Complexo Nascentes

**PROTOCOLO DE INTENÇÕES**  
AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL -  
AGERR/PANTANAL

do Pantanal, (**AGERR/Pantanal**), na forma de consórcio público, como associação pública e personalidade jurídica de direito público interno, de natureza autárquica, integrante da administração indireta de todos os Municípios consorciados, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

Para tanto sua criação será autorizada mediante ratificação, por lei, a ser editada por cada um dos Municípios participantes do presente Protocolo de Intenções convertendo-o, dessa forma, em Contrato de Consórcio Público, visando o exercício de funções de Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento.

A Agência Regional de Regulação dos Serviços de Saneamento do Complexo Nascentes do Pantanal, (**AGERR/Pantanal**) terá atuação no âmbito do território dos Municípios integrantes do consórcio público, nos termos do art. 4º, § 1º, inc. I, da Lei federal nº 11.107/2005 e com finalidades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento, mediante gestão associada de serviços públicos, nos Municípios consorciados.

Com a finalidade de assegurar a adequada representatividade, a constituição da Agência Regional de Regulação dos Serviços de Saneamento do Complexo Nascentes do Pantanal, (**AGERR/Pantanal**), na forma de Consórcio Público, exige a ratificação deste Protocolo de Intenções por um número de 50% (cinquenta por cento) dos Municípios subscritores, requisito mínimo para a sustentabilidade financeira e economia de escala na atuação do órgão.

Em vista ao exposto, os Prefeitos dos Municípios de: **ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU e SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS** manifestam suas intenções em:

Constituir a **AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL**, ou simplesmente **AGERR/PANTANAL**, na forma de Consórcio Público, que se regerá pelo disposto na Lei federal nº 11.107/2005, e respectivo regulamento, pela Lei federal nº 11.445/2007, pelo Contrato de Consórcio Público, por seus estatutos, regimentos e demais atos ou normas que venha a adotar.

E para tanto, os representantes legais de cada um dos Municípios acima citados subscrevem o presente:

Handwritten signature and the number 04.

## PROCOLO DE INTENÇÕES

AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE  
SANEAMENTO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL  
AGERR/PANTANAL

### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CAPÍTULO I DO CONSORCIAMENTO

**CLÁUSULA 1ª (Dos municípios subscritores)** - Podem ser subscritores do Protocolo de Intenções:

I - **MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 15.023.914/0001-45, com sede administrativa situada á Rua Antenor Mamedes, nº 911, Centro, na cidade de Araputanga - MT, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL MARINS DE CARVALHO**, brasileiro, casado, técnico em agropecuária, residente na Rua Arthur Francisco Xavier, nº 290, na cidade de Araputanga-MT, portador da Cédula de Identidade nº 320.719 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 284.666.321-15;

Handwritten initials or signature on the left side.

Handwritten initials and signatures on the right side.

II – **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 03.214.145/0001-83, com sede administrativa situada à Av. Brasil, nº 119, Bairro Jd. Celeste, na cidade de Cáceres - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **FRANCIS MARIS CRUZ**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Riachuelo, nº 70, Bairro Cavahada, na cidade de Cáceres-MT, portador da Cédula de Identidade – RG 8.020.161-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº. 103.605.221-49,

III – **MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.647/0001-20, com sede administrativa situada à Rua São Bernardo, nº 523, na cidade de Curvelândia - MT, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. **SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Avenida Rio Branco, nº 2.552, Bairro Centro, na cidade de Curvelândia - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 9708479 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº. 928.708.218-91;

IV – **MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.367.762/0001-93, com sede administrativa situada à Rua São Paulo, nº 236, na cidade de Figueirópolis D'Oeste - MT, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. **EDUARDO FLAUSINO VILELA**, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado à Rua São Paulo, S/N, Centro da cidade de Figueirópolis D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. M5195141 SSP-MG e inscrito no CPF sob nº. 726.733.626-49;

V – **MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 37.464.955/0001-00, com sede administrativa situada à Av. dos Imigrantes, nº 2000, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **PAULO REMÉDIO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Avenida dos Imigrantes, nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT , portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20;

VI – **MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 03.239.027/0001-20, com sede administrativa situada à Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 650, Centro, na cidade de Indavaí - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, nº 173, Centro da Cidade de Indavaí - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 535.872-SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 384.260.561-72;

VII – **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 15.023.948/0001-30, com sede administrativa situada à Rua do Comércio, nº 480, na cidade de Jauru - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **PEDRO**

**FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, técnico em agropecuária, residente e domiciliado à Rua Sete de Setembro, nº 230, na cidade de Jauru - MT, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0756590-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 522.356.531-20;

**VIII - MUNICÍPIO DE LAMBARÍ D'OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.408/0001-49, com sede administrativa situada à Rua Cidrolândia, nº 3.136, Centro na cidade de Lambari D'Oeste - MT, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal **Sr. EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua Cidrolândia, nº 261, na cidade de Lambari D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 485.346 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 429.364.111-49;

**IX - MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 03.755.477/0001-75, com sede administrativa situada à Rua Antonio Tavares, nº 3.310, Centro, na cidade de Mirassol D'Oeste - MT, neste ato representado pela sua Prefeita em exercício **Sra. MARINEZ DE CAMPOS**, brasileira, solteira, residente e domiciliada à Rua Papa João Paulo II, nº 1.532, Bairro Jd. São Paulo, na cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora da Cédula de Identidade nº. 0529908-8 SSP-MT e inscrita no CPF sob nº. 474.656.891-04;

**X - MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 03.238.904/0001-48, com sede administrativa situada à Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº 444, Centro, na cidade de Porto Esperidião - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Ramon Lara Franco, nº 68, na cidade de Porto Esperidião - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 377.970 - SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 299.631.761-00;

**XI - MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.367.788/0001-31, com sede administrativa situada à Av. Mato Grosso, nº 221, Centro da cidade de Reserva do Cabaçal - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. TARCÍSIO FERRARI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida José Júlio de Lima, S/N, Centro, na cidade de Reserva do Cabaçal - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 848.139-SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 567.672.001-82;

**XII - MUNICÍPIO DE RIO BRANCO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 15.023.997/0001-72, com sede administrativa situada à Av. Cerejeiras, nº 90, Bairro Fidelândia, na cidade de Rio Branco - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. ANTONIO XAVIER DE ARAUJO**, brasileiro, casado, residente na Rua Pedro Inocêncio Araújo, nº 882, Bairro Cidade Alta, na cidade de Rio Branco - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 070.858 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº.

178.874.611-20;

**XIII – MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.011/0001-89, com sede administrativa situada à Rua Carlos Laet nº 11, Bairro Cachoeira, na cidade de Salto do Céu - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. WEMERSON ADÃO PRATA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Carlos Laet, S/N, Bairro Cachoeira, na cidade de Salto do Céu - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1070619-4 SJ-MT e inscrito no CPF sob nº. 809.673.611-68;

**XIV – MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.029/0001-80, com sede administrativa situada à Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, nº 539, Centro, na cidade de São José dos Quatro Marcos - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado à Av. São Paulo, nº 185, na cidade de São José dos Quatro Marcos - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 961.924 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 631.107.411-72.

**CLÁUSULA 2ª (Da ratificação)** - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação, mediante lei, aprovada pelas respectivas Câmaras de Vereadores dos Municípios subscritores deste Protocolo de Intenções, cuja soma totalize 50% (cinquenta por cento), no mínimo, 07 (sete) municípios, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo da **AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL (AGERR/PANTANAL)**.

§ 1º - Somente será considerado consorciado o Município subscritor deste Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

§ 2º - A ratificação, por meio de lei, realizada após 02 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da assembleia geral da **AGERR/Pantanal**.

§ 3º - A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão pertence, soberanamente, ao Poder Legislativo de cada Município.

§ 4º - Somente poderá ratificar o Protocolo de Intenções o Município que antes o tenha subscrito.

§ 5º - O Município do Estado de Mato Grosso não designado neste Protocolo de Intenções somente poderá integrar o consórcio público **AGERR/Pantanal** mediante alteração no Contrato de Consórcio Público, devidamente aprovada por maioria simples da Assembleia Geral da Agência Regional de Regulação do Complexo Nascentes do Pantanal e ratificada, mediante lei.

§ 6º - O Município do Estado de Mato Grosso, não designado neste Protocolo de Intenções e que não seja parte de outro consórcio público com o mesmo objetivo, que manifestar intenção de integrar o consórcio público **AGERR/Pantanal**, deverá formalizar sua intenção dirigida ao presidente da Agência que submeterá à aprovação da Assembleia Geral.

§ 7º - A lei de ratificação poderá prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, sendo que, nessa hipótese, o consorciamento do Município que após as reservas dependerá de decisão da Assembleia Geral, mediante voto de 3/5 (três quintos) dos Municípios consorciados.

§ 8º - A subscrição do presente Protocolo de Intenções dar-se-á mediante a assinatura do representante legal do Município em 3 (três) vias que ficarão sob a guarda do Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal até que seja eleito o Presidente da Agência Regional de Regulação do Complexo Nascentes do Pantanal.

§ 9º - Por solicitação de Prefeito Municipal ou de Câmara Municipal, o Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal, ou a instituição que o suceder na guarda deste Protocolo de Intenções, com base neste documento emitirá certidão informando os Municípios que o subscreveram.

§ 10º - Ao ratificar o presente Protocolo de Intenções, através de lei específica, o Município consorciado delegará à Agência Regional de Regulação dos Serviços de Saneamento do Complexo Nascentes do Pantanal - **AGERR/Pantanal** o exercício das atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.

## CAPÍTULO II DOS CONCEITOS

**CLÁUSULA 3ª (Dos conceitos)** - Para os efeitos deste Protocolo de Intenções e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio ou por Município consorciado, consideram-se:

**consórcio público:** pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei federal nº 11.107/2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive à realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público interno e natureza autárquica;

**gestão associada:** associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no e art. 241 da Constituição Federal;

**entidade de regulação, entidade reguladora ou ente regulador:** entidade de direito público que possua competências próprias de natureza regulatória, independência decisória e não acumule funções de prestador dos serviços regulados;

**regulação:** todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize o serviço de saneamento básico na área de atuação do consórcio, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos, para atingir seus objetivos;

**fiscalização:** atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo poder público e a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público de saneamento básico;

**serviços públicos de saneamento básico:** conjunto de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, de limpeza urbana, de abastecimento, de esgotamento sanitário e de drenagem e manejo de águas pluviais, bem como infraestruturas destinadas exclusivamente a cada um destes serviços:

**abastecimento de água potável:** constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

**esgotamento sanitário:** constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

**limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:** conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

**drenagem e manejo das águas pluviais urbanas:** conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

**contrato de rateio:** contrato por meio do qual os Municípios consorciados se comprometem a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público.

## TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

**CLÁUSULA 4ª (Da denominação e natureza jurídica)** - A **AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL**, também denominada de **AGERR/PANTANAL**, é associação pública, na forma de consórcio público, pessoa jurídica de direito público interno, de natureza autárquica, integrante da administração indireta de todos os Municípios consorciados, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, pautando seus atos com transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

§ 1º - A **AGERR/Pantanal** adquirirá personalidade jurídica mediante a conversão do presente Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio Público após aprovação e a vigência das leis de ratificação dos Municípios subscritores do Protocolo de Intenções, cuja soma de municípios alcance 50% (cinquenta por cento).

§ 2º - O Contrato de Consórcio Público é o ato constitutivo da Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Saneamento do Complexo Nascentes do Pantanal (**AGERR/Pantanal**), na forma de consórcio público.

§ 3º - O ingresso do Município no Consórcio Público se dá com a ratificação da lei, nos termos da Cláusula 2ª deste Protocolo de Intenções, sendo que a obrigação de custear a **AGERR/Pantanal**, quer seja através de Contrato de Rateio, ou através de Taxa de Regulação, somente ocorrerá após a efetiva instalação do Consórcio Público **AGERR/Pantanal**, através de Assembleia Geral e com a aferição da quantidade de municípios interessados, conforme § 1º desta Cláusula.

**CLÁUSULA 5ª (Do prazo de duração)** - A **AGERR/Pantanal** terá duração por prazo indeterminado.

**CLÁUSULA 6ª (Da sede e área de atuação)** - A sede da **AGERR/Pantanal** será no município de São José dos Quadros, Estado de Mato Grosso, podendo constituir e desenvolver atividades em escritórios ou unidades localizadas em outros Municípios consorciados, para melhor atingir seus objetivos.

§ 1º - A sede da **AGERR/Pantanal** poderá ser alterada e transferida para outro município mediante decisão de 3/5 (três quintos) dos consorciados, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim e cuja proposta Justificada, comprove a vantajosidade econômica e operacional da transferência da sede.

§ 2º - A área de atuação da **AGERR/Pantanal** corresponderá a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico nos territórios dos Municípios que o integram, podendo atuar também nos Municípios do Estado de Mato Grosso que o contratarem para este fim.

**CAPÍTULO II  
DAS FINALIDADES E OBJETIVOS**

**CLÁUSULA 7ª (Das finalidades)** - A AGERR/Pantanal tem como finalidade a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico em sua área de atuação, na forma da Lei federal nº 11.445/2007.

**CLÁUSULA 8ª (Dos objetivos específicos)** - Os objetivos específicos da AGERR/Pantanal são:

- a) estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços de saneamento básico e para a satisfação dos usuários;
- b) garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nos contratos e, fomentar a instituição de condições e metas nos Municípios em que estas não possuem;
- c) prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;
- d) realizar a gestão associada de serviços públicos, plena ou parcialmente, através do exercício das atividades de regulação e fiscalização de serviços públicos de saneamento básico, aos Municípios consorciados;
- e) verificar e acompanhar, por parte dos prestadores dos serviços públicos de saneamento, o cumprimento dos Planos de Saneamento Básico dos Municípios consorciados;
- f) fixar, reajustar e revisar os valores das taxas, tarifas e outras formas de contraprestação dos serviços públicos de saneamento básico nos Municípios consorciados ou que o contratar, a fim de assegurar tanto o equilíbrio econômico-financeiro da prestação desses serviços, bem como a modicidade das tarifas, mediante mecanismos que induzam a eficiência dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;
- g) homologar, regular e fiscalizar, inclusive as questões tarifárias, os contratos de prestação de serviços públicos de saneamento básico nos Municípios consorciados ou que o contratar para este fim;
- h) prestar serviços de interesse da gestão dos serviços públicos de saneamento básico aos Municípios consorciados ou que o contratar e aos seus prestadores desses serviços, através de:

- 1) apoio técnico e administrativo para a organização e criação de órgãos ou entidades que tenham por finalidade a prestação ou controle de serviços públicos de saneamento básico;
  - 2) assistência ou assessoria técnica, administrativa, contábil e jurídica;
  - 3) apoio na implantação de procedimentos contábeis, administrativos e operacionais;
  - 4) apoio no desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à mobilização social e educação e conscientização ambiental voltados às questões relativas ao saneamento básico, preservação, conservação e proteção do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais;
  - 5) apoio a estudos voltados à Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI, nos termos do Decreto Federal nº 8.428/15.
- i) prestar serviços de assistência técnica e outros não descritos no inciso V desta Cláusula, e fornecer e ceder bens a:
- 1) órgãos ou entidades dos Municípios consorciados, em questões de interesse direto ou indireto para o saneamento básico (art. 2º, § 1º, inc. III, da Lei federal nº 11.107/2005);
  - 2) municípios não consorciados ou a órgãos, instituições e entidades públicas e privadas, desde que sem prejuízo das prioridades dos consorciados.
- j) representar os Municípios consorciados em assuntos de interesses comuns, em especial relacionados à gestão associada de serviços públicos de regulação e fiscalização de serviços públicos de saneamento básico, perante quaisquer órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais.
- k) editar normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços de saneamento básico, abrangendo, pelo menos, os seguintes aspectos:
- 1) padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;
  - 2) requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
  - 3) as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;
  - 4) regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;
  - 5) medição, faturamento e cobrança de serviços;
  - 6) monitoramento dos custos;
  - 7) avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
  - 8) plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
  - 9) subsídios tarifários e não tarifários;
  - 10) padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;
  - 11) medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

## PROTOCOLO DE INTENÇÕES

AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL - AGERR/PANTANAL

§ 1º - Os objetivos mencionados no inciso V desta Cláusula serão executados mediante contrato ou convênio, a ser celebrado, nos termos da legislação federal, com licitação dispensada no caso do contratante ser órgão ou entidade da administração direta ou indireta de Município consorciado.

§ 2º - É condição de validade para o contrato mencionado no § 1º desta Cláusula, que a remuneração prevista no contrato seja compatível com a praticada no mercado, obtida mediante levantamento de preços em publicações especializadas ou mediante cotação, ou, ainda, fixada pela Diretoria Executiva da AGERR/Pantanal.

§ 3º - Assegurar publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto, excluindo-se os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

**CLÁUSULA 9ª** - Para o cumprimento de suas finalidades e objetivos, descritos nas Cláusulas 7ª e 8ª deste Protocolo de Intenções, a AGERR/Pantanal poderá:

- a) exercer competências de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico que lhes forem delegadas pelos Municípios consorciados ou que o contratar, inclusive a fixação, reajuste e revisão dos valores das taxas e tarifas referentes à prestação desses serviços;
- b) firmar convênios, contratos, parcerias e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais;
- c) adquirir bens, móveis e equipamentos necessários para uso exclusivo em suas atividades e ações;
- d) apoiar e promover capacitação técnica voltada aos serviços públicos de saneamento básico, junto aos Municípios consorciados ou que o contratar e aos prestadores desses serviços;
- e) apoiar e promover campanhas educativas, publicação de revistas, materiais, estudos e artigos técnicos e informativos, impressos ou eletrônicos, inclusive para divulgação de atividades da AGERR/Pantanal, dos Municípios consorciados ou que o contratar ou dos prestadores de serviços de saneamento básico nos Municípios;
- f) apoiar e promover a cooperação, o intercâmbio de informações e conhecimentos e

a troca de experiências da AGERR/Pantanal, dos Municípios e de prestadores de serviços de saneamento básico nos Municípios e a participação em cursos, seminários e eventos correlatos promovidos por entidades públicas, privadas, regionais, estaduais, nacionais ou internacionais;

- g) o estabelecimento e a operação de sistema de informações sobre os serviços públicos de saneamento básico na área da gestão associada, em articulação com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SNISA).

**Parágrafo primeiro** - A AGERR/Pantanal poderá apoiar atividades científicas e tecnológicas, inclusive celebrar convênios e outros instrumentos com universidades, entidades de ensino superior ou de promoção ao desenvolvimento de pesquisa científica ou tecnológica, bem como contratar estagiários para atuarem em todas as áreas da AGERR/Pantanal.

**Parágrafo segundo** - A AGERR/Pantanal poderá autorizar ao Concessionário ou órgão da administração, direta ou indireta, para que emita documentos de cobrança e/ou exercer atividade de arrecadação de taxa e/ou tarifa.

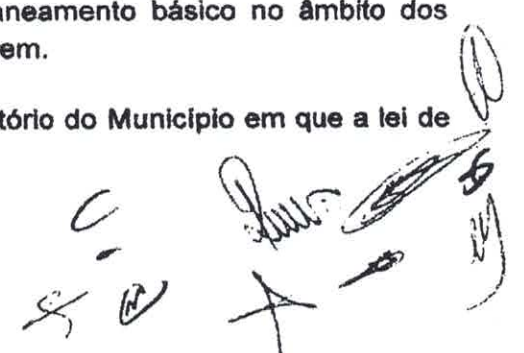
### CAPÍTULO III DA GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

**CLÁUSULA 10ª (Da autorização da gestão associada)** - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos de saneamento básico, no que se refere à regulação e à fiscalização pela AGERR/Pantanal dos serviços públicos de saneamento básico, quando:

- a) prestados direta e indiretamente por órgão ou entidade da administração dos Municípios consorciados;
- b) prestados por órgão ou entidade de um dos Municípios consorciados por meio de contrato de programa;
- c) prestados por meio de contrato de programa firmado por Município consorciado;
- d) prestados por meio de contrato de concessão firmado por Município consorciado, nos termos da Lei federal nº 8.987/1995 ou da Lei federal nº 11.079/2004;

**CLÁUSULA 11ª (Da área da gestão associada)** - A gestão associada abrangerá a regulação e fiscalização dos serviços prestados de saneamento básico no âmbito dos territórios dos Municípios que efetivamente se consorciarem.

**Parágrafo único** - Exclui-se do previsto no *caput* o território do Município em que a lei de



ratificação tenha apostado reserva para excluí-lo total ou parcialmente da gestão associada de serviços públicos de saneamento básico.

**CLÁUSULA 12ª (Da uniformidade das normas)** - Mediante a ratificação por lei do presente Protocolo de Intenções, o Município consorciado reconhece a aplicabilidade de normas e procedimentos de disciplina da regulação e fiscalização dos serviços de saneamento em regime de gestão associada, editadas pela AGERR/Pantanal.

**CLÁUSULA 13ª (Da transferência de competências)** - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados transferem à AGERR/Pantanal o exercício das competências de regulação e de fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico.

### TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DA AGÊNCIA

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA 14ª (Dos estatutos e normas)** - A AGERR/Pantanal será regida organizada pelo Contrato de Consórcio Público e Normativas aprovadas pela Assembleia Geral cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas deste Protocolo de Intenções que após ratificado por lei converte-se automaticamente no Contrato de Consórcio.

**Parágrafo Único** - As Resoluções Normativas e Administrativas poderão dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e organização do consórcio.

#### CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS

**CLÁUSULA 15ª (Dos órgãos)** - A AGERR/Pantanal será composta pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Presidência;
- c) Conselho Fiscal
- d) Diretoria Executiva;
- e) Conselho de Regulação e Controle Social.

§ 1º - Resoluções Normativas aprovadas pela Assembleia Geral da AGERR/Pantanal definirão a estrutura interna dos órgãos referidos no *caput* desta Cláusula, bem como disporão sobre o seu funcionamento.

§ 2º - Os membros da Assembleia Geral, da Presidência e dos Conselho de Regulação e

Controle Social não serão remunerados no exercício de suas funções.

§ 3º - O número, as formas de provimento e a remuneração dos dirigentes e dos empregados da **AGERR/Pantanal** encontram-se descritos no Anexo I deste Protocolo de Intenções.

§ 4º - A Assembleia Geral deverá deliberar sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

### CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

#### Seção I Do Funcionamento

**CLÁUSULA 16ª (Da natureza e composição)** - A Assembleia Geral, instância deliberativa máxima do Consórcio Público **AGERR/Pantanal**, é órgão colegiado composto apenas pelos Prefeitos dos Municípios consorciados.

§ 1º - Os Vice-Prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral com direito a voz.

§ 2º - No caso de ausência de Prefeito Municipal, o respectivo Vice-Prefeito assumirá a representação do Município consorciado na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 3º - O disposto no § 2º desta Cláusula não se aplica caso o Prefeito Municipal tenha designado um representante especialmente para a Assembleia Geral, o qual assumirá os direitos de voto.

§ 4º - Ninguém poderá representar dois ou mais Municípios consorciados na mesma Assembleia Geral.

§ 5º - Nenhum funcionário da **AGER/Pantanal** poderá representar qualquer Município consorciado na Assembleia Geral, e nenhum servidor de um Município consorciado poderá representar outro Município consorciado.

**CLÁUSULA 17ª (Das reuniões)** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente 2 (duas) vezes por ano, no início e no final de cada exercício, e, extraordinariamente, sempre que convocada.

§ 1º - As convocações da Assembleia Geral serão publicadas do sítio eletrônico da **AGERR/Pantanal**, órgão oficial de publicações e comunicado aos Prefeitos por meio eletrônico com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

§ 2º - A Assembleia Geral será instaurada:

- a) Em primeira convocação, com a presença de 3/5 (três quintos) dos consorciados;
- b) Em segunda convocação, com a presença de 1/2 (metade) dos consorciados.

§ 3º - As reuniões da Assembleia Geral serão presididas pelo Presidente da **AGERR/Pantanal**.

**CLÁUSULA 18ª (Dos votos)** - Cada um dos Municípios consorciados terá direito a um voto na Assembleia Geral.

§ 1º - O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a empregados da Agência Reguladora ou a Município consorciado.

§ 2º - O Presidente da **AGERR/Pantanal**, salvo nas eleições, nas destituições e nas decisões que exijam *quorum* qualificado, votará apenas em caso de desempate.

**CLÁUSULA 19ª (Da regra para deliberações)** - Salvo nas hipóteses expressamente previstas neste Protocolo de Intenções, as deliberações da Assembleia Geral serão aprovadas por maioria simples dos consorciados.

## Seção II Da Competência

**CLÁUSULA 20ª (Das competências)** - Compete à Assembleia Geral:

- I. homologar o ingresso, no consórcio público **AGERR/Pantanal**, de Município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 2 (dois) anos de sua instalação;
- II. deliberar sobre o ingresso de novo Município;
- III. deliberar sobre alteração no Contrato de Consórcio Público;
- IV. deliberar sobre a exclusão de Municípios consorciados;
- V. deliberar sobre a mudança da sede da **AGERR/Pantanal**;
- VI. deliberar sobre a destituição de membro da Diretoria Executiva da **AGERR/Pantanal**, quando instaurado procedimento disciplinar, e este acompanhado de parecer favorável ao desligamento;
- VII. eleger o Presidente e o Vice-Presidente da **AGERR/Pantanal**, para mandato de 2 (dois) anos, permitida sua reeleição para um único período subsequente, bem como destituí-los;
- VIII. propor alteração do quadro de empregados e deliberar sobre a concessão de reajustes e a respectiva revisão de salários da **AGERR/Pantanal**;
- IX. ratificar ou recusar a nomeação dos membros da Diretoria Executiva da

- AGERR/Pantanal;**
- X. aprovar:
- 1) o plano plurianual de investimentos;
  - 2) o programa anual de trabalho;
  - 3) o orçamento anual da **AGERR/Pantanal**, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;
- XI. a realização de operações de crédito;
- XII. a alienação e a oneração de bens da **AGERR/Pantanal**;
- XIII. os planos e resoluções normativas da **AGERR/Pantanal**;
- XIV. a cessão de funcionários, com ou sem ônus para a **AGERR/Pantanal**, por Municípios consorciados ou por órgãos públicos e entidades conveniadas.
- XV. apreciar e sugerir medidas sobre:
- 1) a melhoria dos serviços prestados pela **AGERR/Pantanal**;
  - 2) o aperfeiçoamento das relações da **AGERR/Pantanal** com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.
- XVI. deliberar sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- XVII. deliberar sobre aquisição, cessão, doação, venda ou aluguel de bens, móveis e equipamentos integrantes do patrimônio da **AGERR/Pantanal**;
- XVIII. deliberar, em última instância, sobre os assuntos gerais da **AGERR/Pantanal**.

§1º - As competências arroladas nesta Cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas por resoluções normativas.

§ 2º - A aprovação de deliberações sobre as matérias previstas nos incisos I, II, III, IV e V exige o voto de 3/5 (três quintos) dos consorciados.

## CAPÍTULO IV DA PRESIDÊNCIA

### Seção I Da Composição

**CLÁUSULA 21ª (Da natureza e composição)** - A Presidência do consórcio público **AGERR/Pantanal** é órgão deliberativo composto por 1 (um) Presidente, por 1 (um) Vice-Presidente, sendo eles, necessariamente, Chefes do Poder Executivo de Municípios consorciados, estando em pleno exercício.

### Seção II Da Eleição

**CLÁUSULA 22ª (Da eleição)** - O Presidente e o Vice-Presidente do consórcio público **AGERR/Pantanal** serão eleitos e empossados em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 1º - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal dos representantes dos Municípios consorciados, para mandato de 2 (dois) anos, permitida sua reeleição para um único período subsequente.

§ 2º - Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem a maioria simples dos votos dos presentes com direito a voto.

§ 3º - O mandato do Presidente do consórcio público **AGERR/Pantanal** encerrar-se-á no dia 31 de dezembro junto com o encerramento ano fiscal.

§ 4º - Excepcionalmente o mandato do primeiro Presidente da **AGERR/Pantanal** encerrar-se-á em 31/12/2018.

§ 5º - Findado o mandato de Presidente do consórcio público **AGERR/Pantanal** ou em caso de impedimento legal, ou ainda em período vedado em ano de sucessão municipal, responderá legalmente pela **AGERR/Pantanal** aquele que estiver apto, dentro da seguinte linha sucessória: Presidente, Vice-Presidente, o prefeito mais idoso de Município consorciado e Diretor Geral da Agência.

### Seção III Das Competências

**CLÁUSULA 23ª (Do Presidente)** - Compete ao Presidente do Consórcio Público **AGERR/Pantanal**:

- a) convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e dar voto de minerva;
- b) representar a **AGERR/Pantanal** ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- c) nomear os membros da Diretoria Executiva da **AGERR/Pantanal**, os quais deverão ser submetidos à aprovação da Assembleia Geral;
- d) firmar convênios, contratos, parcerias e acordos de qualquer natureza em nome da **AGERR/Pantanal**;
- e) movimentar, em conjunto com o Diretor Geral da **AGERR/Pantanal**, as contas bancárias e os recursos financeiros da **AGERR/Pantanal**, podendo esta competência ser delegada ao Diretor Administrativo e Financeiro;

- f) ordenar as despesas da **AGERR/Pantanal** e responsabilizar-se pelas prestações de contas, podendo estas competências serem delegadas ao Diretor Geral;
- g) exercer outras competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções, e visam zelar pelos interesses da **AGERR/Pantanal**;
- h) cumprir e fazer cumprir o Contrato de Consórcio, resoluções e outros atos da **AGERR/Pantanal**.

§ 1º - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa o Presidente da **AGERR/Pantanal** poderá praticar atos *ad referendum* da Assembleia Geral.

§ 2º - Resoluções Normativas da **AGERR/Pantanal** poderá deliberar sobre outras competências ao Presidente **AGERR/Pantanal**.

**CLÁUSULA 24ª (Do Vice-Presidente)** - Compete ao Vice-Presidente do Consórcio Público **AGERR/Pantanal**:

- a) substituir e exercer todas as competências do Presidente em caso de ausência ou impedimento deste;
- b) zelar pelos interesses da **AGERR/Pantanal**, exercendo as competências que lhe forem delegadas pelo Presidente.

**Parágrafo único** – Resoluções Normativas da **AGERR/Pantanal** poderá deliberar sobre outras competências ao Vice-Presidente.

#### CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

**CLÁUSULA 25ª** - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da **AGERR/Pantanal** e será composto por 3 (três) prefeitos dos municípios consorciados, escolhidos pela Assembleia Geral junto com a eleição do Presidente para o mandato de 2 (dois) anos.

**Parágrafo único** - Na ausência de qualquer prefeito componente do Conselho Fiscal, o mesmo poderá ser representado pelo respectivo vice-prefeito.

**CLÁUSULA 26ª** Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar a contabilidade da ARIS;

II - acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias;

III - emitir parecer, sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Geral;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

**Parágrafo único** - O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Geral para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

## **CAPÍTULO VI** **DA AGÊNCIA REGULADORA**

**CLÁUSULA 27ª (Da natureza)** - A Agência Reguladora é o órgão executivo do consórcio público Agência Regional de Regulação dos Serviços de Saneamento do Complexo Nascentes do Pantanal (AGERR/Pantanal).

**CLÁUSULA 28ª (Da composição e direção)** - A Agência Reguladora é composta pela Diretoria Executiva, dirigida e representada pelo Diretor Geral.

**CLÁUSULA 29ª (Da competência)** - Compete à Agência Reguladora executar atividades relativas à regulação à fiscalização e à contabilidade regulatória dos serviços de saneamento básico nos Municípios consorciados e desenvolver as ações necessárias para cumprir as finalidades e objetivos do consórcio público AGERR/Pantanal, descritos nas Cláusulas 7ª e 8ª deste Protocolo de Intenções.

### **Seção I** **Da Diretoria Executiva**

**CLÁUSULA 30ª (Da composição)** - A Diretoria Executiva da Agência Reguladora terá a seguinte composição:

1. Diretoria Geral
  - 1.1. Diretoria Técnica-Operacional
  - 1.2. Diretoria Administrativa e Financeira

§ 1º - Ficam criados cargos para a Diretoria Executiva, podendo ser funções de confiança, quando preenchido por empregado público concursado, ou cargos em comissão quando preenchido por não concursados; todos de livre nomeação e exoneração: Diretor Geral, Diretor Técnico-Operacional e Diretor Administrativo e Financeiro constantes do Anexo I deste Protocolo de Intenções.

**CLÁUSULA 31ª (Da nomeação e mandato)** - Os membros da Diretoria Executiva da Agência Reguladora são funções de confiança e serão indicados pelo Presidente da AGERR/Pantana, sendo sua nomeação condicionada à aprovação da Assembleia Geral por maioria simples para os seguintes mandatos não coincidentes permitida a sua recondução:

- I - Diretor Geral: mandato de 4 (quatro) anos;
- II - Diretor Técnico-Operacional: mandato de 2 (dois) anos;
- III - Diretor Administrativo e Financeiro: mandato de 2 anos;

§ 1º - O Período de mandato dos membros da Diretoria Executiva contará a partir da posse dos seus membros.

§ 2º - Os membros da Diretoria Executiva da Agência Reguladora deverão, necessariamente, ter reconhecida idoneidade moral, formação escolar de nível superior, experiência profissional de pelo menos 2 (dois) ano em cargo de direção executiva em serviços de saneamento básico ou em entidade de atuação regional conveniada com a AGERR/Pantanal.

§ 3º - Os Diretores serão remunerados conforme dispõe o Anexo I deste Protocolo de Intenções, sendo permitido ao empregado da AGERR/Pantanal, investido na função de Diretor, optar por sua remuneração ou por manter aquela do seu cargo, nunca acumular remuneração.

§ 4º - Caso um empregado efetivo da Agência Reguladora ou de Município consorciado seja nomeado para algum dos cargos de Diretor, ele será automaticamente afastado de suas funções originais e passará a exercer a função de Diretor.

§ 5º - Na hipótese de vacância no curso do mandato, caberá ao Presidente da AGERR indicar novo nome e ser ratificado em Assembleia.

**CLÁUSULA 32ª (Da exoneração)** - A exoneração de membro da Diretoria Executiva da Agência Reguladora só poderá ocorrer em decorrência de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado em 2ª Instância, ou de decisão definitiva em processo administrativo disciplinar, em decorrência de comprovada improbidade administrativa ou prevaricação no cumprimento do respectivo mandato.

§ 1º - Sem prejuízo do que preveem as legislações penais e relativas à punição de atos de improbidade administrativa no serviço público, será causa da perda do mandato a inobservância, por qualquer um dos Diretores da Agência Reguladora, dos deveres e proibições inerentes ao cargo que ocupa.

§ 2º - Para os fins do disposto no § 1º, cabe ao Presidente da AGERR/Pantanal instaurar

o processo administrativo disciplinar, que será conduzido por comissão especial, competindo-lhe determinar o afastamento preventivo, quando for o caso.

§ 3º - O julgamento do processo administrativo disciplinar instaurado contra um Diretor da Agência Reguladora será realizado pela Assembleia Geral, sendo necessária decisão de 3/5 (três quintos) dos consorciados para que seja determinada a perda da função.

**CLÁUSULA 33ª (Das competências)** - Compete à Diretoria Executiva da Agência Reguladora:

- a) cumprir e fazer cumprir o estatuto e outros atos da **AGERR/Pantanal**;
- b) exercer a administração da **AGERR/Pantanal**;
- c) analisar, deliberar e expedir regulamentos sobre a prestação e fiscalização dos serviços de saneamento básico no âmbito dos Municípios consorciados ou que o contratar;
- d) deliberar sobre a fixação, revisão e reajuste dos valores de tarifas e taxas e sobre a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos dos serviços de saneamento básico, delegados ou não pelos Municípios consorciados ou que o contratar;
- e) acompanhar o cumprimento e a execução dos Planos de Saneamento Básico dos Municípios consorciados, por parte dos prestadores dos serviços públicos de saneamento;
- f) elaborar e divulgar proposta orçamentária anual e relatórios sobre as atividades da **AGERR/Pantanal** e do Conselho de Regulação e Controle Social;
- g) encaminhar os demonstrativos financeiros e contábeis da Agência Reguladora aos órgãos competentes;
- h) autorizar viagens nacionais e internacionais dos membros da Diretoria Executiva e da Secretaria Geral e também de colaboradores eventuais para desempenho de atividades técnicas e de capacitação profissional relacionadas às atividades e competências da **AGERR/Pantanal**;
- i) decidir sobre planejamento estratégico da **AGERR/Pantanal** e políticas administrativas internas e de recursos humanos, nomeação, exoneração, demissão e contratação, nos termos da legislação específica, e propor seu plano de carreira, cargos e vencimentos;
- j) exercer a última instância administrativa quanto a penalidades aplicadas pela fiscalização a administrados e quanto a recursos sobre matérias de natureza interna, inclusive sanções disciplinares a empregados da **AGERR/Pantanal**;
- k) conhecer e julgar recursos e pedidos de reconsideração de decisões das Diretorias que compõem a Diretoria Executiva da Agência Reguladora;

- l) autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;
- m) estabelecer, orientar e supervisionar todos e quaisquer procedimentos administrativos, técnicos e operacionais, fornecendo, inclusive, subsídios para deliberações e ações da AGERR/Pantanal.

§1º - Resolução Normativa deliberará sobre outras competências da Diretoria Executiva da Agência Reguladora, incluindo a forma de convocação e periodicidade de suas reuniões.

**Subseção I**  
**Da Diretoria Geral**

**CLÁUSULA 34ª (Da natureza)** - A Diretoria Geral é responsável pela coordenação e administração de todas as atividades e ações da AGERR/Pantanal

**CLÁUSULA 35ª (Das competências)** - Compete ao Diretor Geral:

- a) exercer a autoridade máxima da Diretoria Geral;
- b) presidir a Diretoria Executiva da AGERR/Pantanal;
- c) ordenar as despesas da AGERR/Pantanal, por delegação do Presidente do consórcio público AGERR/Pantanal;
- d) movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente do consórcio público AGERR/Pantanal ou, por delegação deste, com o Diretor Administrativo e Financeiro;
- e) autorizar a abertura de concurso público para provimento dos cargos vagos, a contratação de agentes públicos temporários e a contratação de bens e serviços pela da AGERR/Pantanal.

**Parágrafo único** - Resolução Normativa da AGERR/Pantanal poderá deliberar sobre outras competências ao Superintendente.

**CLÁUSULA 36ª (Dos órgãos vinculados)** - São vinculadas, à Diretoria Geral da AGERR/Pantanal:

1. Diretoria Técnico-Operacional;
2. Diretoria Administrativa e Financeira
3. Procuradoria Jurídica
4. Ouvidoria.

**Subseção II**  
**Da Diretoria Técnica-Operacional**

**CLÁUSULA 37ª (Da Natureza)** - A Diretoria Técnica-Operacional da Agência Reguladora

é o órgão da Diretoria Executiva responsável pela execução das atividades relacionadas às questões de regulação e de fiscalização dos serviços de saneamento básico.

**CLÁUSULA 38ª (Das competências)** - A Diretoria Técnica-Operacional da Agência Reguladora será dirigida pelo Diretor Técnico-Operacional, a quem compete:

- a) exercer a autoridade máxima da Diretoria Técnica-Operacional;
- b) coordenar as atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico;
- c) coordenar as atividades de pesquisa e de consultoria técnica para fornecer à Diretoria Executiva os elementos necessários para a elaboração de normas regulamentares;
- d) exercer a primeira instância administrativa e aplicar sanções pelo descumprimento de normas legais e regulamentares.

§ 1º - Resoluções Normativas da AGERR/Pantanal poderão deliberar sobre outras competências ao Diretor Técnico-Operacional.

§ 2º - Os cargos e funções vinculados à Diretoria Técnica-Operacional encontram-se descritos no Anexo I deste Protocolo de Intenções.

**CLÁUSULA 39ª (Das atribuições)** - São atribuições da Diretoria Técnica-Operacional:

- a) propor ao Diretor Técnico-Operacional medidas normativas para a regulação dos serviços de saneamento básico no âmbito dos Municípios;
- b) propor normas e procedimentos para padronização das informações e dos serviços prestados pelas prestadoras de serviço de saneamento básico;
- c) assessorar a Diretoria Executiva, fornecendo-lhe informações e documentos necessários para o exercício de suas atividades;
- d) analisar e emitir parecer sobre os procedimentos que tramitarem no âmbito da Diretoria Técnica-Operacional;
- e) realizar pesquisas e estudos de mercado relativos à área de atuação da AGERR/Pantanal;
- f) fiscalizar, com poder de polícia administrativa, a qualidade e eficiência da prestação dos serviços de saneamento básico nos Municípios consorciados, conforme dispõem a legislação vigente e os regulamentos da AGERR/Pantanal;
- g) criar mecanismos de fiscalização, controle e padronização da prestação de serviço de saneamento básico;
- h) coordenar o monitoramento e a avaliação de projetos aprovados pela Diretoria Executiva e pela Presidência.

**Subseção III**  
**Da Diretoria Administrativa e Financeira**

**CLÁUSULA 40ª (Da Natureza)** – A Diretoria Administrativa e Financeira da Agência Reguladora é o órgão da Diretoria Executiva responsável pela execução das atividades relacionadas às questões administrativas, financeiras e contábeis.

**CLÁUSULA 41ª (Das competências)** – A Diretoria Administrativa e Financeira da Agência Reguladora será dirigida pelo Diretor Administrativo e Financeiro, a quem compete:

- a) exercer a autoridade máxima da Diretoria Administrativa e Financeira;
- b) coordenar, supervisionar e controlar a execução de atividades administrativas, contábeis e financeiras da AGERR/Pantanal;
- c) coordenar as atividades de contabilidade regulatória dos serviços de saneamento básico;
- d) coordenar a arrecadação das taxas, tarifas e outros preços públicos de competência da AGERR/Pantanal;
- e) elaborar e encaminhar à Diretoria Executiva a programação orçamentária anual e a prestação de contas anual;
- f) coordenar a rotina contábil e os recursos humanos da Agência Reguladora;
- g) coordenar as atividades de pesquisa e de consultoria técnica para fornecer à Diretoria Executiva os elementos necessários para a elaboração de contabilidade regulatória.

§ 1º - Resoluções Normativas da AGERR/Pantanal poderá deliberar sobre outras competências ao Diretor Administrativo e Financeiro.

§ 2º - Os cargos e funções vinculados à Diretoria Administrativa e Financeira encontram-se descritos no Anexo I deste Protocolo de Intenções.

**CLÁUSULA 42ª (Das atribuições)** – São atribuições da Diretoria Administrativa e Financeira:

- a) fiscalizar, com poder de polícia administrativa, as questões relativas à contabilidade dos prestadores dos serviços de saneamento básico nos Municípios vinculados, conforme dispõem a legislação vigente e os regulamentos da AGERR/Pantanal;
- b) criar mecanismos de fiscalização, controle e padronização da contabilidade dos prestadores de serviço de saneamento básico;
- c) coordenar o monitoramento e a avaliação de projetos aprovados pela Diretoria

Executiva e pela Presidência.

- d) proporcionar o apoio físico e logístico às atividades dos demais órgãos da Agência Reguladora;
- e) autuar e realizar a tramitação dos feitos de competência da AGERR/Pantanal;
- f) realizar o apoio administrativo das atividades dos demais órgãos da Agência Reguladora;
- g) executar atividades relacionadas às questões administrativas, contábeis, financeiras e de recursos humanos da Agência Reguladora;
- h) organizar as pautas e atas das reuniões, audiências e consultas públicas;
- i) expedir convocações, notificações e comunicados e providenciar publicação de editais, atos e outros documentos, quando necessários.

#### Subseção IV Da Procuradoria Jurídica

**CLÁUSULA 43ª (Da Natureza)** - A Procuradoria Jurídica da Agência Reguladora são cargos de emprego público de assessoramento jurídico e de representação da AGERR/Pantanal em juízo, ativa e passivamente, ou fora dele, cuja quantidade está descrita no Anexo I deste Protocolo de Intenções.

**CLÁUSULA 44ª (Das competências)** - Compete à Procuradoria Jurídica:

- a) representar e defender os interesses da AGERR/Pantanal em processos judiciais e administrativos;
- b) assessorar juridicamente e extrajudicialmente os membros da Diretoria Executiva e o Conselho de Regulação e Controle Social, emitindo parecer e notas jurídicas sobre as questões que lhe forem submetidas;
- c) revisar minutas de editais, contratos, convênios, acordos, resoluções e outros atos e documentos oficiais;
- d) emitir pareceres em procedimentos licitatórios, processos administrativos e outras questões quando solicitado.

**Parágrafo único** - Resoluções Normativas da AGERR/Pantanal poderá deliberar sobre outras atribuições à Procuradoria Jurídica.

**CLÁUSULA 45ª** - A Diretoria Executiva poderá contratar serviços jurídicos especializados, a fim de se dar cobertura jurídica correta as atividades da AGERR/Pantanal, respeitando o disposto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Subseção V  
Da Ouvidoria

**CLÁUSULA 46ª (Da Natureza)** - A Ouvidoria da AGERR/Pantanal é o órgão responsável pelo relacionamento entre a AGERR/Pantanal com os usuários, com os prestadores dos serviços de saneamento básico e com a comunidade.

**CLÁUSULA 47ª (Das competências)** - Compete à Ouvidoria da AGERR/Pantanal:

- a) atuar junto aos usuários e aos prestadores dos serviços de saneamento básico, a fim de dirimir possíveis dúvidas e intermediar a solução de divergências;
- b) registrar reclamações e sugestões dos usuários sobre os serviços regulados pela AGERR/Pantanal;
- c) encaminhar as reclamações aos prestadores dos serviços de saneamento básico e ao órgão técnico para fins de solução do problema e aplicação das sanções cabíveis;
- d) atuar como canal de comunicação entre a AGERR/Pantanal, a comunidade e a mídia.

Parágrafo único - Resoluções Normativas da AGERR/Pantanal poderão deliberar sobre outras atribuições à Ouvidoria.

TÍTULO IV  
DOS AGENTES PÚBLICOS

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA 48ª (Do exercício de funções remuneradas)** - Somente poderão prestar serviços remunerados à AGERR/Pantanal os contratados para os empregos públicos e os indicados em cargos de confiança previstos neste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único - As atividades de Presidente, de Vice-Presidente, de membro do Conselho de Regulação e Controle Social, bem como a participação dos representantes dos Municípios consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades da AGERR/Pantanal não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

CAPÍTULO II  
DOS AGENTES PÚBLICOS

**CLÁUSULA 49ª (Do regime jurídico)** - Os agentes públicos da AGERR/Pantanal são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**CLÁUSULA 50ª (Do regulamento de pessoal)** - A descrição das funções, a jornada de trabalho e a remuneração dos agentes públicos da **AGERR/Pantanal** encontram-se arroladas no Anexo I deste Protocolo de Intenções.

**CLÁUSULA 51ª (Da jornada de trabalho)** - A jornada de trabalho deverá se circunscrever ao período de sua prestação ordinária e extraordinária do número de horas semanais de jornada, desde que atendidas às hipóteses de jornada e remuneração fixada no Anexo I deste Protocolo de Intenções.

**CLÁUSULA 52ª (Do quadro de pessoal)** - O quadro de pessoal da **AGERR/Pantanal** está descrito no Anexo I deste Protocolo de Intenções.

**Parágrafo único** - A remuneração dos empregos públicos e dos cargos em função de confiança, Diretoria Executiva, será definida pela Assembleia Geral, atendido o orçamento anual.

**CLÁUSULA 53ª (Da admissão)** - Os empregos da **AGERR/Pantanal** serão providos mediante processos de seleção pública de provas ou de provas e títulos, exceto os cargos de direção que serão de livre nomeação do Presidente do consórcio público **AGERR/Pantanal**.

§ 1º - Os editais de processo de seleção pública, após aprovados pela Diretoria Executiva, deverão ser subscritos pelo Presidente da **AGERR/Pantanal**.

§ 2º - Por meio de ofício, cópia do extrato do edital será entregue a todos os Municípios consorciados.

§ 3º - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que a **AGERR/Pantanal** manterá na internet, bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

§ 4º - O período de inscrição de candidatos ao concurso não poderá ser inferior a 20 (vinte) dias.

§ 5º - Salvo se legislação federal dispuser em contrário, nos 10 (dez) primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato, poderão ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em 5 (cinco) dias. A íntegra da impugnação, bem como de sua decisão serão publicadas no sítio que a **AGERR/Pantanal** mantiver na internet.

§ 6º - Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos.

**CLÁUSULA 54ª (Da proibição de cessão)** - Os agentes públicos da AGERR/Pantanal não poderão ser cedidos, inclusive para os Municípios consorciados, permitido o afastamento não remunerado, para que o servidor exerça cargo em Comissão nos termos do que prever o regulamento de pessoal.

### CAPÍTULO III DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS

**CLÁUSULA 55ª (Da hipótese de contratação temporária)** - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de processo seletivo público.

§ 1º - As contratações temporárias serão realizadas mediante processo seletivo que deverá atender ao seguinte procedimento:

- a) edital de chamamento, publicado na imprensa oficial e no sítio que a AGERR/Pantanal mantiver na internet;
- b) a seleção mediante prova ou avaliação de curriculum vitae, mediante critérios objetivos, circunscritos à titulação acadêmica e à experiência profissional relacionadas com a função a ser exercida na AGERR/Pantanal, previamente estabelecidos no edital de chamamento;
- c) no caso de avaliação de curriculum vitae, estes deverão ser entregues por correspondência e por via eletrônica, e permanecerão publicados, juntamente com o resultado da seleção, no sítio que a AGERR/Pantanal mantiver na internet, pelo prazo em que a contratação temporária perdurar;
- d) o edital de chamamento deverá alertar os candidatos do disposto no inciso anterior e que a apresentação de curriculum vitae implica na concordância de que seja ele publicado no sítio que a AGERR/Pantanal mantiver na internet;
- e) a seleção por meio de avaliação de curriculum vitae somente será admitida para os empregos que exijam que o contratado possua formação escolar de nível secundário ou superior.

§ 2º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista.

**CLÁUSULA 56ª (Da condição de validade e do prazo máximo de contratação)** - As contratações temporárias terão prazo de até 12 (doze) meses, podendo haver renovações desde que o período total da contratação não ultrapasse o período de 24 (vinte e quatro) meses.

**Parágrafo único** - É nula e proibida a renovação de prazo de contratação temporária sem que seja publicado edital de concurso para o provimento definitivo do emprego público.

**TÍTULO V  
CAPÍTULO I  
DO CONSELHO DE REGULAÇÃO**

**CLÁUSULA 57ª (Da natureza)** - O Conselho de Regulação e Controle é órgão consultivo da AGERR/Pantanal e serão criados um em cada Município consorciado.

**CLÁUSULA 58ª (Da composição)** - Cada um dos Conselhos de Regulação e Controle Social será composto, no que couber, por 1 (um) representante:

- a) do titular dos serviços de saneamento básico;
- b) de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico ou saúde pública;
- c) dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;
- d) dos usuários de serviços de saneamento básico;
- e) de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico;
- f) representante de conselho municipal já instituído, como meio ambiente, saúde, saneamento, desenvolvimento e outros.

**Parágrafo único** - As entidades técnicas e organizações da sociedade civil, que indicarem representante ao Conselho de Regulação e Controle Social, deverão estar devidamente criadas e legalizadas, com registro em cartório há pelo menos 01 (um) ano, além de possuir, em seus objetivos estatutários, atuação na área de saneamento básico ou meio ambiente, devidamente comprovada.

**CLÁUSULA 59ª (Das competências)** - Compete aos Conselhos de Regulação e Controle Social:

- a) avaliar as propostas de fixação, revisão e reajuste tarifário dos serviços de saneamento básico no âmbito do Município consorciado;
- b) encaminhar reclamações e denunciar irregularidades na prestação de serviço;
- c) elaborar, deliberar e aprovar seu Regimento Interno, bem como suas posteriores alterações.

§ 1º - As competências do Conselho de Regulação e Controle Social são limitadas às matérias relativas ao Município em que se encontra instalado.

§ 2º - Cada Município consorciado fornecerá ao seu Conselho de Regulação e Controle

Social a estrutura física necessária para o exercício de suas atividades.

§ 3º - Resoluções Normativas da AGERR/Pantanal poderá deliberar sobre outras competências aos Conselhos de Regulação e Controle Social.

**CLÁUSULA 60ª (Das reuniões)** - Os Conselhos de Regulação e Controle Social reunir-se-ão ordinariamente 1 (uma) vez por ano, no período designado nos regimentos, e, extraordinariamente, sempre que convocado.

§ 1º - As reuniões Conselho de Regulação e Controle Social serão públicas e presididas pelo representante do titular dos serviços de saneamento.

§ 2º - Cada um dos membros do Conselho de Regulação e Controle Social terá direito a um voto em suas reuniões.

§ 3º - O Presidente do Conselho de Regulação e Controle Social votará apenas em caso de desempate.

§ 4º - Ninguém poderá representar ou votar em nome de duas ou mais entidades numa mesma reunião do Conselho de Regulação e Controle Social.

§ 5º - As formas de convocação e de funcionamento do Conselho de Regulação e Controle Social serão definidas em seu regimento interno.

## TÍTULO VI DAS ATIVIDADES DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

**CLÁUSULA 61ª (Das atividades)** - As atividades relativas à regulação e fiscalização das ações exercidas pelas prestadoras de serviço de saneamento básico serão realizadas de acordo com as normas legais, regulamentares vigentes, bem como com os Planos Municipais de Saneamento Básico e com os instrumentos de concessão, delegação ou permissão de serviço público.

**CLÁUSULA 62ª (Da responsabilidade)** - A AGERR/Pantanal é o órgão responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico nos Municípios, e é competente para, quando couber, aplicar sanções aos prestadores desses serviços.

**CLÁUSULA 63ª (Das sanções)** - Pelo descumprimento do disposto na legislação federal, estadual, municipal e das normas regulamentares da AGERR/Pantanal, serão aplicadas sanções aos prestadores dos serviços públicos de saneamento básico dos Municípios.

**CLÁUSULA 64ª (Das normas regulamentares)** - A AGERR/Pantanal expedirá normas

regulamentares visando critérios de regulação e fiscalização, bem como os critérios para o enquadramento da infração e os respectivos valores para as multas, em caso de descumprimento.

**CLÁUSULA 65ª (Dos recursos financeiros)** - As atividades da AGERR/Pantanal serão custeadas por repasses financeiros dos Municípios consorciados, pelas sanções pecuniárias aplicadas aos prestadores de serviço e pela taxa de fiscalização e regulação, cuja competência de arrecadação fica delegada pelos Municípios consorciados.

**CLÁUSULA 66ª (Do fato gerador)** - A taxa de regulação e fiscalização da AGERR/Pantanal terá como sujeitos passivos os prestadores de serviços públicos de saneamento básico no âmbito dos Municípios.

### CAPITULO I DAS TAXAS DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

**CLÁUSULA 67ª (Das taxas de regulação e fiscalização)** - Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as seguintes taxas:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza - TRVL;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR; e

VII - A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP.

**CLÁUSULA 68ª** - A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º - A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

**CLÁUSULA 69ª** - A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até

seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º - A taxa é devida pela a autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

**CLÁUSULA 70ª** - A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º - A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

**CLÁUSULA 71ª** - A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º - A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

**CLÁUSULA 72ª** - A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º - A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos.

**CLÁUSULA 73ª** - A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º - A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

**CLÁUSULA 74ª** - A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º - A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

**CLÁUSULA 75ª** - Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas neste Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação ou cooperativa de catadores.

**CLÁUSULA 76ª** - As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à AGERR/Pantanal mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

**CLÁUSULA 77ª** - No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela AGERR/Pantanal.

**CLÁUSULA 78ª** - No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município, será devida uma taxa para cada município onde há a referida prestação de serviços.

#### Seção I Da Alíquota

**CLÁUSULA 79ª** - A alíquota das taxas especificadas nos incisos I e II da Cláusula 69ª será de até 5% da arrecadação mensal obtido com a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, subtraídos os valores dos tributos incidentes sobre o mesmo.

**CLÁUSULA 80ª** - A alíquota das taxas especificadas nos incisos III, IV, V, VI e VII da Cláusula 69ª será de até 3% da arrecadação mensal obtida com a prestação desses serviços públicos, subtraídos os valores dos tributos incidentes sobre o mesmo.

§ 1º - As alíquotas das taxas de regulação e fiscalização serão fixadas anualmente pela Assembleia Geral quando da aprovação do orçamento anual da AGERR/Pantanal,

observados os critérios técnicos de cálculo do valor das tarifas e outros preços públicos, bem como os critérios gerais a serem observados em seu reajuste ou revisão, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos delegados e a sustentabilidade financeira da Agência de Regulação.

§ 2º - Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico que não tenha cobrança mensal pelos serviços, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

**CLÁUSULA 81ª (Das outras formas de remuneração)** - De comum acordo entre a AGERR/Pantanal e os prestadores de serviços públicos de saneamento básico poderão ser estabelecidas outras formas de remuneração dos serviços de regulação e fiscalização de competência dos Municípios consorciados.

**CLÁUSULA 82ª (Da aplicação das receitas)** - As receitas auferidas pela cobrança das taxas serão utilizadas para o financiamento das despesas relacionadas com o exercício das atividades de regulação e fiscalização da AGERR/Pantanal, para cumprimento das finalidades e objetivos descritos nas Cláusulas 7ª e 8ª deste Protocolo de Intenções, e também em atividades e ações em apoio aos Municípios e aos prestadores dos serviços de saneamento básicos desses Municípios.

**CLÁUSULA 83ª (Do regime tributário)** - A AGERR/Pantanal observará a legislação tributária de cada Município em seus respectivos limites territoriais, inclusive no caso de cobrança judicial de débitos tributários.

**CLÁUSULA 84ª (Da inadimplência)** - As taxas não recolhidas nos prazos fixados serão cobradas com os acréscimos legais e demais encargos previstos na legislação tributária de cada ente consorciado, após sua inclusão na dívida ativa da AGERR/Pantanal.

**Parágrafo único** - A execução da dívida ativa da AGERR/Pantanal será realizada por sua Procuradoria Jurídica.

## TÍTULO VII DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

**CLÁUSULA 85ª (Das contratações)** - Todas as contratações da AGERR/Pantanal obedecerão aos ditames da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, da legislação que vier a substituí-la ou completá-la, do prescrito no presente Protocolo de Intenções e das normas que a AGERR/Pantanal vier a adotar.

§ 1º - As contratações diretas, com fundamento no parágrafo único do art. 24 da Lei federal

nº 8.666/1993, deverão ser autorizadas pelo Diretor Geral da AGERR/Pantanal.

§ 2º - Todos os editais de licitação deverão ser publicados no sítio que a AGERR/Pantanal mantiver na internet.

**CLÁUSULA 86ª (Do regime da atividade financeira)** - A execução das receitas e das despesas da AGERR/Pantanal obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

**Parágrafo primeiro** - Os Municípios consorciados somente entregarão recursos à AGERR/Pantanal para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados, mediante a celebração de contrato de rateio.

**Parágrafo segundo** - É vedado a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

**CLÁUSULA 87ª (Da fiscalização das contas)** - A AGERR/Pantanal estará sujeita à fiscalização contábil, operacional e patrimonial, pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), que é competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal da AGERR/Pantanal, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas.

**CLÁUSULA 88ª (Da responsabilidade)** - Todos os Municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio Público AGERR/Pantanal.

**CLÁUSULA 89ª (Da publicidade)** - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que a AGERR/Pantanal mantiver na internet.

**CLÁUSULA 90ª (Dos convênios)** - Fica autorizada a AGERR/Pantanal a firmar convênios, contratos, parcerias, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas, junto a entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º - A AGERR/Pantanal poderá comparecer como interveniente em convênios celebrados por Municípios consorciados ou terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, inclusive para os fins do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 6.017/2007.

§ 2º - A AGERR/Pantanal, quando couber, poderá firmar contratos de gestão e termos de parceria com objetivo de alcançar as finalidades e objetivos previstos nas Cláusulas 7ª e 8ª deste Protocolo de Intenções, observadas a Lei federal nº 9.649/1998 e a Lei federal nº 9.790/1999.

TÍTULO VIII  
DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I DA RETIRADA

**CLÁUSULA 91ª (Da retirada)** - A retirada de Município do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** - A formalização da solicitação de retirada ou mesmo de afastamento do Ente Consorciado do Consórcio terá seus efeitos apenas para o exercício seguinte ao da solicitação, devendo ser protocolado junto a Diretoria Geral antes da elaboração da previsão orçamentária para o exercício seguinte.

**CLÁUSULA 92ª (Dos efeitos)** - A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o Município consorciado que se retira e a AGERR/Pantanal.

§ 1º - Em caso de retirada ou afastamento, o Ente Consorciado deverá cumprir com todas as obrigações assumidas perante o Consórcio, em especial as obrigações financeiras, até o final do exercício em que foi parte no Termo de Rateio.

§ 2º - Os bens destinados ao consórcio público AGERR/Pantanal, pelo Município consorciado que se retira, não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de decisão de 2/3 (dois terços) dos Municípios consorciados, manifestadas em Assembleia Geral.

§ 3º - Os bens destinados ao consórcio público AGERR/Pantanal pelo Município consorciado que se retira, e não revertidos ou retrocedidos, como previsto no § 1º, ficarão automaticamente incorporados ao patrimônio da AGERR/Pantanal.

§ 4º - O Retorno do Ente Consorciado ao seio do Consórcio se dará de forma simplificada mediante formalização junto a Presidência desde que não tenha ocorrido alteração do contrato consórcio.

CAPÍTULO II  
DA EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

**CLÁUSULA 93ª (Das hipóteses)** - São hipóteses de exclusão do Município consorciado:

- I. a não inclusão, pelo Município consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

- II. a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais, assemelhadas ou incompatíveis sem a prévia autorização da Assembleia Geral;
- III. a não ratificação, por sua Câmara Municipal, das alterações do Contrato Consórcio;
- IV. a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.
- V. a inadimplência que impeça a celebração de convênios, contratos de repasse e assemelhados; com a União, Estado e outros. Caso em que será excluído temporariamente.

§ 1º - A exclusão prevista no inciso I e III do *caput* desta Cláusula somente ocorrerá após prévia suspensão, pelo período de noventa dias, período em que o Município consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º - Resoluções Normativas poderão prever outras hipóteses de exclusão, bem como de outras espécies de pena a serem aplicadas a Município consorciado que vier a incorrer em atos que prejudiquem ou desabonem o Consórcio.

**CLÁUSULA 94ª (Do procedimento)** - Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 1º - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido 3/5 (três quintos) dos votos da totalidade dos membros do consórcio.

§ 2º - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ou as disposições da Lei que vier a substituí-la.

§ 3º - Da decisão que decretar a exclusão caberá pedido de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, interposto no prazo de 15 (quinze) dias contados do dia útil seguinte ao de publicação da decisão na imprensa oficial.

## TÍTULO IX DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

**CLÁUSULA 95ª (Da alteração e extinção)** - A alteração e extinção de Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os Municípios consorciados.

§ 1º - A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação dos bens, podendo ser doados a qualquer entidade pública de objetivos iguais ou semelhantes à **AGERR/Pantanal** ou,

ainda, alienados onerosamente para rateio de seu valor entre os Municípios consorciados na proporção também definida em Assembleia Geral.

§ 2º - Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os Municípios consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º - Com a extinção, o pessoal cedido à AGERR/Pantanal retornará aos seus órgãos de origem e os empregos públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com a AGERR/Pantanal.

## TÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA 96ª (Do regime jurídico)** - A AGERR/Pantanal será regida pelo disposto na Lei federal nº 11.107/2005, por seu regulamento, pelo Contrato de Consórcio Público originado pela ratificação do presente Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

**CLÁUSULA 97ª (Da interpretação)** - A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

- a) respeito à autonomia dos Municípios consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;
- b) solidariedade dos Municípios à AGERR/Pantanal, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a implementação de qualquer dos objetivos da AGERR/Pantanal;
- c) solidariedade ao Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal, pela sua atuação regional e como entidade modelo e referência, pela iniciativa, apoio e incentivo para a criação da AGERR/Pantanal;
- d) solidariedade aos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Municípios consorciados, agindo sempre de forma a não contrariar as deliberações desse órgão;
- e) eletividade de todos os órgãos dirigentes da AGERR/Pantanal;
- f) transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Poder Legislativo de Município consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou

documento do consórcio;

- g) eficiência e eficácia, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

**CLÁUSULA 98ª (Da exigibilidade)** - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no Contrato de Consórcio Público.

## TÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**CLÁUSULA 99ª (Da instalação)** - A Assembleia Geral de Instalação do consórcio público AGERR/Pantanal será convocada por pelo menos dois Municípios que tenham ratificado, mediante lei, este Protocolo de Intenções, tão logo tenham informações firmes e seguras de que este Protocolo de Intenções tenha sido ratificado, mediante lei, por 50% (cinquenta por cento) dos Municípios interessados, conforme a Cláusula 4ª deste Protocolo de Intenções.

§ 1º - A convocação dar-se-á por meio de edital publicado no Diário Oficial do Estado com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência de realização da Assembleia Geral. Acessoriamente, a convocação dar-se-á também por meio de correspondência, impressa ou eletrônica, dirigida a cada um dos Prefeitos dos Municípios mencionados neste Protocolo de Intenções, expedida com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de realização da Assembleia Geral.

§ 2º - A Assembleia Geral de Instalação do consórcio público AGERR/Pantanal será presidida pelo Prefeito que estiver no exercício da Presidência do Consórcio AGERR/Pantanal, ou pelo Prefeito mais idoso, dentre os subscritores deste Protocolo de Intenções.

§ 3º - Caso conste da Ordem do Dia, na mesma Assembleia Geral de Instalação poderá ser realizada a eleição e posse do Presidente do consórcio público AGERR/Pantanal e a nomeação dos membros da Diretoria Executiva.

**CLÁUSULA 100ª (Do mandato do primeiro Presidente)** - O mandato do primeiro Presidente da AGERR/Pantanal encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA 101ª (Do contrato de rateio)** - Até a obtenção de sua independência financeira decorrente da instituição e cobrança das taxas previstas neste Protocolo de Intenções, as atividades da AGERR/Pantanal poderão ser custeadas por recursos repassados pelos Municípios consorciados, através de contratos de rateio.

**CLÁUSULA 102ª (Dos atos administrativos temporários de formalização)** – Os atos administrativos necessários à formalização e registros do Consórcio AGERR/Pantanal junto aos órgãos competentes, serão subsidiados pela equipe técnica administrativa, contábil e jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, inclusive com o custeio de eventuais despesas.

**CLÁUSULA 103ª (Dos novos municípios)** - Os Municípios criados através de desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do *caput* da Cláusula 1ª deste Protocolo de Intenções somente poderão integrar o Consórcio Público AGERR/Pantanal mediante ratificação do Protocolo de Intenções por sua Câmara Municipal e aprovação da Assembleia Geral do Consórcio.

## TÍTULO XII DO FORO

**CLÁUSULA 104ª (Do foro)** - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

E por estarem justos e acordados, subscrevem o presente Protocolo de Intenções:

São José dos Quatro Marcos (MT), 11 de dezembro de 2017.

  
MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA  
CNPJ: 15.023.914/0001-45

MUNICÍPIO DE CÁCERES  
CNPJ: 03.214.145/0001-83

  
MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA  
CNPJ: 04.217.847/0001-20

  
MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE  
CNPJ: 01.387.762/0001-93


  
MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE  
CNPJ: 37.464.955/0001-00

  
MUNICÍPIO DE INDÁVAÍ  
CNPJ: 03.239.027/0001-20

  
MUNICÍPIO DE JAURU  
CNPJ: 15.023.918/0001-30

  
MUNICÍPIO DE LAMBARÍ D'OESTE  
CNPJ: 37.465.408/0001-49


  
MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE  
CNPJ: 03.755.477/0001-75

  
MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO  
CNPJ: 03.238.904/0001-48

  
MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL  
CNPJ: 01.367.788/0001-31

  
MUNICÍPIO DE RIO BRANCO  
CNPJ: 15.023.997/0001-72

  
MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU  
CNPJ: 15.024.011/0001-89

  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO  
MARCOS  
CNPJ: 15.024.029/0001-80

43

## ANEXO I

### 1 - RELAÇÃO DE EMPREGOS PÚBLICOS CRIADOS

Os empregos públicos relacionados serão providos por Processos de Seleção Pública de provas e títulos, com exceção dos empregos comissionados de Diretor Geral, Diretor Técnico-Operacional, Diretor Administrativo e Financeiro e Ouvidor, de livre nomeação pelo Presidente da AGERR/Pantanal.



**PROTOCOLO DE INTENÇÕES**  
**AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL -**  
**AGERR/PANTANAL**

Nº de Vagas	Cargos em Comissão	Nível	Carga Horária semanal	Escolaridade
1	Diretor Geral	CC-1	40 horas	superior
1	Diretor Técnico-Operacional	CC-2	40 horas	superior
1	Diretor Administrativo e Financeiro	CC-2	40 horas	superior
1	Ouvidor	CC-1	40 horas	superior
Nº de Vagas	Emprego público	NÍVEL	Carga Horária	Escolaridade
1	Procurador Jurídico	EP-05	40 horas	superior
3	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Engenharia Civil)	EP-05	40 horas	superior
3	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Engenharia Sanitária / Ambiental)	EP-05	40 horas	superior
2	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Biologia)	EP-04	40 horas	superior
2	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Contábil / Economia / Administração)	EP-04	40 horas	superior
1	Contador	EP-04	40 horas	superior
1	Motorista	EP-03	40 horas	ensino médio
4	Auxiliar Administrativo	EP-02	40 horas	ensino médio
4	Auxiliar de Serviços Gerais	EP-01	40 horas	ensino fundamental

**2- DEFINIÇÃO DAS HABILITAÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS**

**EMPREGO: Diretor Geral**

**REFERÊNCIA SALARIAL BASE: CC-03**

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e comprovado conhecimento e experiência profissional de pelo menos 2 (dois) anos em cargo de direção executiva em serviços municipais de saneamento básico ou em entidade de atuação regional conveniada com a AGERR/Pantanal.**

*Handwritten initials: F, U*

*Handwritten mark: L*

*Handwritten signatures and initials: R, A, P, S, B, D*

*Handwritten text: 44*

**EMPREGO: Diretor Técnico-Operacional**

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: CC-02

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e comprovado conhecimento e experiência profissional de pelo menos 2 (dois) anos em cargo de direção executiva em serviços municipais de saneamento básico ou em entidade de atuação regional conveniada com a AGERR/Pantanal.

*[Handwritten signature]*

**EMPREGO: Diretor Administrativo e Financeiro**

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: CC-02

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e comprovado conhecimento e experiência profissional de pelo menos 2 (dois) anos em cargo de direção executiva em serviços municipais de saneamento básico ou em entidade de atuação regional conveniada com a AGERR/Pantanal.

45

**EMPREGO: Ouvidor**

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: CC-01

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Jornalismo ou Comunicação Social, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional, quando couber.

**EMPREGO: Procurador Jurídico**

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: EP-05

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Direito, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

**EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área de Engenharia Civil**

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: EP-05

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Engenharia Civil com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

**EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área de Engenharia Sanitária / Ambiental**

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: EP-05

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Engenharia Sanitária / Ambiental com o registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

**EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área de Biologia**

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: EP-04

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Biologia com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

*[Handwritten initials]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signatures and initials]*

**EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área Contábil / Economia / Administração**

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: EP-04

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Ciências Contábeis, Econômicas ou Administração de Empresas com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

**EMPREGO: Contador**

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: EP-04

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Contabilidade com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

**EMPREGO: Motorista**

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: EP-03

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino médio completo e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e vigente.

**EMPREGO: Auxiliar Administrativo**

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: EP-02

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino médio ou técnico, completo.

**EMPREGO: Auxiliar de Serviços Gerais**

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: EP-01

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino fundamental completo.

#### ATRIBUIÇÕES

As atribuições e funções relativas a cada um dos cargos serão definidas pela Assembleia Geral da AGERR/Pantanal em Resolução Normativa.

#### VENCIMENTOS

Os vencimentos salariais serão definidos pela Assembleia Geral AGERR/Pantanal em Resolução Normativa.

*Handwritten signatures and initials.*

*Handwritten signatures and initials.*

*Handwritten signature.*

46



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

LEI Nº 801/2018, DE 02 OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL (AGERR PANTANAL), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA** Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso das atribuições legais conferidas por Lei, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores **APROVOU** e Ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizado o ingresso do Município de PORTO ESPERIDIÃO no consórcio público denominado de Agência Regional de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento do Complexo Nascentes do Pantanal (AGERR PANTANAL), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTO ESPERIDIÃO - MT, 18 de outubro de 2018.

  
**MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**

PREFEITO

Fones: (65) 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012

CONTRATO DE CONCESSÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2012

CONTRATO DE CONCESSÃO PLENA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.238.904/0001-48, com sede a Rua Arnaldo Jorge da Cunha, nº 444, Centro, CEP: 782400000, Porto Esperidião/MT, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, doravante denominado **CONCEDENTE** e, de outro lado, o **CONSÓRCIO ÁGUA E ESGOTO DE PORTO ESPERIDIÃO**, vencedor do processo licitatório, realizado nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 01/2012, representado neste ato por suas empresas consorciadas **AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.827.501/0001-58, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1744, 8ª andar, sala 1, Jardim Paulistano, CEP 01451-910, representada por seu Diretor o Sr. Radamés Andrade Casseb, portador da Carteira de Identidade RG nº 483611 SSP/RO, e CPF sob nº 469.079.982-20, e por seu Procurador o Sr. Júlio de Oliveira Moreira, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.374.867-5, e CPF sob nº 125.158.248-62 e **EQUIPAV ENGENHARIA LTDA.**, empresa limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.191.464/0001-05, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1744, 8ª andar, sala 15, Jardim Paulistano, CEP 01451-910, representada por seus Procuradores o Sr. Júlio de Oliveira Moreira, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.374.867-5, e CPF sob nº 125.158.248-62, e o Sr. José Ailton Rodrigues, portador da Carteira de Identidade RG nº M.3.669.332, e CPF sob nº 527.215.076-72, através da empresa **ÁGUAS DE PORTO ESPERIDIÃO LTDA.**, sociedade de propósito específico, em organização, com sede no município de Porto Esperidião, Estado do Mato Grosso, empresa em constituição em conformidade com as exigências da Lei e dos itens 12.1.30 e 12.1.31 do Edital de Concorrência Pública, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, com plena anuência da **CEDENTE**

CONSIDERANDO que foi homologada a Licitação de acordo com os atos da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e adjudicado pelo Sr. Prefeito Municipal Martins Dias de Oliveira, e publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, em 19/12/2012, por este instrumento e na melhor forma de direito, celebram o presente Contrato de Concessão que se regerá pela lei 8.666/93, com a redação que lhe deu a lei 8.883/94; pelas leis 8.987/95 e 9.074/95 com as modificações introduzidas pela 9.648/98; Lei Federal 11.445/2007, e demais normas legais aplicáveis e pelas cláusulas e condições do presente Contrato de Concessão que reciprocamente outorgam e aceitam, a saber:

*[Handwritten signature]*





## CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a concessão, pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, na cidade de Porto Esperidião, incluindo a captação de água bruta, o bombeamento, adução, tratamento, reservação, distribuição da água tratada e comercialização, conforme previsto no Edital.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Fazem parte do objeto da presente Concessão todas as obras necessárias à prestação dos serviços ora concedidos, bem como aquelas necessárias para que a CONCESSIONÁRIA cumpra as obrigações por ela assumidas neste instrumento.

### PARÁGRAFO SEGUNDO

Os serviços ora concedidos, bem como as obras acima referidas deverão ser prestados de modo a atender às necessidades do interesse público, correspondendo às exigências de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade e segurança, conforme o previsto no Edital e seus Anexos.

### PARÁGRAFO TERCEIRO

Na execução do presente Contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá empregar pessoal habilitado e idôneo, nos limites das necessidades exigidas para tanto.

### PARÁGRAFO QUARTO

Fica estabelecido que a CONCESSIONÁRIA terá exclusividade na execução dos serviços, objeto do presente instrumento, não podendo a Prefeitura Municipal contratar outra empresa para a prestação de quaisquer serviços que estejam previstos no escopo da presente Concessão durante a sua vigência.

### PARÁGRAFO QUINTO

A exclusividade de que trata o parágrafo quarto acima será plena na área urbana do Município, não havendo nenhum vínculo com a área rural, onde a Prefeitura de Porto Esperidião pode atuar de forma independente ou em parceria com esta Concessionária.

### PARÁGRAFO SEXTO:

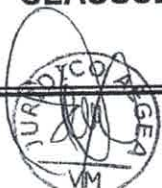
Constituem ANEXOS do presente Contrato, dele fazendo parte integrante, os seguintes documentos:

- CONTRATO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA
- EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2012, e seus ANEXOS,
- PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL apresentadas pela CONCESSIONÁRIA

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEFINIÇÕES

Para fins de interpretação do presente Contrato, adotam-se as definições estabelecidas no Edital de Concorrência nº 001/2012, anexo ao presente Contrato e que dele fica fazendo parte integrante independentemente de transcrição.

## CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE CONCESSÃO





O PRAZO da CONCESSÃO é de 30 (trinta) anos, contados imediatamente após a Emissão da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado por igual período, mediante acordo entre as partes, através de pronunciamento 01 (um) ano antes do fim da vigência contratual inicial.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA CONCESSÃO

A área de abrangência da Concessão é o perímetro urbano do Município de Porto Esperidião.

#### CLÁUSULA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

O presente contrato tem o valor básico de R\$50.781.862,00 (cinquenta milhões, setecentos e oitenta e um mil, oitocentos e sessenta e dois reais) correspondente ao valor da remuneração da concessão, calculado com base na receita resultante dos volumes iniciais, previstos para a prestação dos serviços de água, definidos pela proposta da licitante com base na Tabela 01, integrante do Edital – Anexo 05, durante o prazo contratual.

A remuneração da CONCESSIONÁRIA será efetuada pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água faturáveis e aos demais serviços conforme Tabelas Nº 01 e 02 do Edital (Anexo 05), de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária, o melhoramento da qualidade do serviço prestado e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico - financeiro do presente contrato.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

O cálculo do valor da tarifa será efetuado com base no volume mensal de água consumido pelos usuários, de acordo com a fórmula prevista no do Edital de Licitação – Anexo 05, e os preços dos demais serviços, de acordo com as Tabelas Nº 01 e 02.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

Para a arrecadação das tarifas e dos demais serviços prestados junto aos usuários, a Concessionária deverá implantar um sistema de cobrança de tarifas, em conformidade com o previsto no Edital, sendo facultado à Concessionária a cobrança de tarifas inferiores às discriminadas nas Tabelas 01 e 02 (ANEXO 05), desde que não implique pleitos compensatórios posteriores quanto à recuperação do equilíbrio econômico financeiro; sendo que a Concessionária reconhece que as tarifas indicadas na Tabela 01 e 02 (ANEXO 05), são suficientes, nesta data, para a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso a PREFEITURA MUNICIPAL, por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, decida não autorizar o reajuste e/ou a revisão das tarifas e da tabela de prestação de serviços, quando estes se fizerem necessários, em decorrência de quaisquer motivos causadores de desequilíbrio econômico - financeiro no Contrato, a própria PREFEITURA MUNICIPAL será responsável pelo reembolso à Concessionária dos valores necessários à retomada do referido equilíbrio no Contrato.

#### PARÁGRAFO QUARTO

O processo de revisão e reajuste das tarifas e da tabela de prestação de serviços será realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL, com a participação do representante da





Concessionária, nos termos dos itens a seguir:

a) Os valores das tarifas serão reajustadas com periodicidade anual, obedecendo a legislação e regulamentação vigente e superveniente, um ano após a "Data de Referência Anterior" sendo esta definida da seguinte forma:

I - No primeiro reajuste, a data da assinatura deste contrato e;

II - Nos reajustes subsequentes, a data de início da vigência do último reajuste ou da revisão que o tenha substituído.

b) A periodicidade dos reajustes de que trata o item "a" poderá ocorrer em prazo inferior a um ano, caso a legislação venha assim a permitir, adequando-se a "Data de Referência Anterior" à nova periodicidade estipulada.

c) A Concedente reajustará o valor das tarifas de referência, considerada a data base descrita em "b", na forma da lei, atendendo a seguinte fórmula:

$$R = [0,30(Smi / Smo - 1) + 0,35(Tei/Teo - 1) + 0,35(IGPi / IGPo - 1)] + 1,$$

onde:

SM - é o índice aplicado ao valor do salário mensal pago por força de acordo coletivo do trabalho ou convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo para o pessoal da concessionária;

TE - é o valor de energia elétrica aplicável à concessionária;

IGP - é o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas e no caso de sua extinção, pelo índice que a Concedente indicar para os reajustes das tarifas, com a finalidade de restaurar o equilíbrio econômico financeiro deste contrato, sempre que o mesmo venha a ser quebrado em razão de alteração do poder aquisitivo da moeda nacional.

d) Sem prejuízo do reajuste referido em "c" as tarifas de referência poderão ser revistas, para mais ou para menos, caso ocorra alteração custo / despesas, decorrentes de fator (es) fora de controle da concessionária, de caráter permanente, que modifique o equilíbrio econômico - financeiro deste contrato, especialmente quando ocorrer uma defasagem superior a 10% (dez por cento), mediante proposta fundamentada da concessionária ou determinação igualmente justificada, da Concedente, a qualquer tempo. O município de Porto Esperidião assume responsabilidade exclusiva pela manutenção do equilíbrio econômico - financeiro do contrato se e quando limitar o reajustamento das tarifas por ato de administração ou por força de Lei Municipal.

e) A Concedente assume responsabilidade exclusiva pela manutenção do equilíbrio econômico - financeiro do Contrato, se e quando limitar o reajustamento de tarifas por ato da administração ou por força de Lei Municipal.

f) Apresentada a proposta de reajustamento, a cargo da concessionária, será esta entendida como aprovada se a Concedente não se manifestar a propósito do reajustamento pretendido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, assumindo o Concedente, em caso negativo, as consequências enunciadas na alínea "e" anterior.



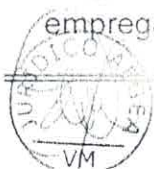
## PARÁGRAFO QUINTO

A Concedente transferirá ao concessionário no ato da assinatura deste contrato, toda a base do banco de dados relativas às informações comerciais em meio magnético, para que a concessionária possa estabelecer as suas atividades referente ao item comercialização.

## CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Constituem obrigações da Concessionária, além dos encargos que são fixados no artigo 31 da Lei Federal 8.987/95:

- I. Prestar serviço adequado, na forma prevista em Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;
- II. Manter em dia o inventário e o registro de bens vinculados à concessão;
- III. Prestar conta da gestão do serviço ao poder Concedente e aos usuários, e nos termos definidos no contrato.
- IV. Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- V. Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e as instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;
- VI. Contribuir para a permanência de boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços;
- VII. Informar em prazo hábil e em decorrência interagir com a Concedente na busca de solução para as situações que venham quebrar o princípio fundamental do regime jurídico da Concessão;
- VIII. Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação dos serviços;
- IX. Captar, aplicar e gerir recursos financeiros necessários à prestação do serviço;
- X. Planejar, implantar, ampliar, operar, dar manutenção, administrar e explorar dos serviços objeto do presente instrumento, de forma a cumprir todos os compromissos assumidos perante a PREFEITURA MUNICIPAL;
- XI. Realizar os investimentos necessários à manutenção e expansão dos serviços, objeto da presente contratação, nos termos da Proposta por ela ofertada na licitação que antecedeu o presente Contrato;
- XII. Efetuar, durante o prazo de Concessão, todas as obras necessárias ao cumprimento integral das obrigações por ela assumidas, de forma a executar plena e satisfatoriamente, os serviços ora concedidos;
- XIII. Elaborar e implementar esquemas de atendimento à situações de emergência e, para tanto, mantendo disponíveis recursos materiais e humanos;
- XIV. Zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas de qualquer forma envolvidos nos serviços concedidos, assessorando à coletividade na preparação dos dossiês exigidos pelos agentes de proteção do meio - ambiente;
- XV. Cumprir as determinações legais relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
- XVI. Conduzir suas atividades com zelo, diligência e economia, procurando sempre utilizar a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, em rigorosa observância às cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento;
- XVII. Responder pelo integral cumprimento das regulamentações vigentes no País, em especial quanto às obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias, securitárias, fiscais, comerciais, civis e criminais, relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços ora concedidos;
- XVIII. Responsabilizar - se por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados à PREFEITURA MUNICIPAL e/ou a terceiros, face à sua ação ou omissão, ou de seus empregados, subcontratados e prepostos, decorrentes dos serviços ora concedidos;





XIX. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que antecederam o presente contrato;

XX. Fornecer ao CONCEDENTE todas as informações que forem necessárias ao acompanhamento e à fiscalização dos serviços objeto da presente contratação, bem como, atender às suas solicitações;

XXI. Sustar a prestação dos serviços ora concedidos aos usuários inadimplentes quanto ao pagamento da conta tarifária, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do vencimento da aludida conta;

## PARÁGRAFO ÚNICO

As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre terceiros contratados pela concessionária e o Poder Concedente.

## CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Constituem obrigações da PREFEITURA MUNICIPAL na qualidade de Poder Concedente, além dos encargos previstos no artigo 29 da Lei Federal 8.987/95:

8.1. Obter todas as autorizações necessárias ao perfeito cumprimento do disposto neste instrumento;

8.2. Obter as concessões de direito de uso do manancial de água bruta, que se fizerem necessárias ao perfeito cumprimento do objeto deste Contrato durante a sua vigência;

8.3. Responsabilizar-se pela rescisão de todos os Contratos firmados por ela diretamente, anteriormente à assinatura do presente instrumento, referentes aos serviços ora concedidos, arcando com todas as obrigações e responsabilidades decorrentes dos referidos instrumentos e de suas respectivas rescisões, mantendo a CONCESSIONÁRIA atualizada quanto às mesmas;

8.4. Fiscalizar os serviços realizados pela CONCESSIONÁRIA, zelando pela boa qualidade dos mesmos, inclusive recebendo e apurando queixas e reclamações dos usuários;

8.4.1. No exercício da fiscalização, a CONCEDENTE terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da Sociedade de Fins Específicos que deverá ser criada de conformidade com os termos do Edital de Concorrência Pública nº 01/2.012.

8.4.2. A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico da CONCEDENTE ou por entidade com ela conveniada e, periodicamente, conforme previsto em lei, por comissão composta de representantes dos contratantes e dos usuários.

8.5. Declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução dos serviços ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à Concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

8.6. Realizar em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, uma avaliação dos bens públicos a serem utilizados por esta na prestação de serviços concedidos, com o intuito de determinar o estado de conservação dos mesmos, bem como as condições de sua manutenção, de modo que a CONCESSIONÁRIA possa devolvê-los, ao término do Prazo da Concessão, nas mesmas condições, ressalvado o desgaste por uso normal;

8.6.1. Para os fins disposto no item acima descrito, serão lavrados os Termos de Entrega e Recebimento dos bens supra mencionados, quando da assinatura e do término do presente





- instrumento, sendo que o Termo de Entrega passará a ser parte integrante deste Contrato;
- 8.7. Aprovar e homologar, no prazo de 30 (trinta) dias, o reajuste e a revisão do valor das tarifas e da tabela de prestação de serviços, conforme o previsto no presente instrumento.
- 8.8. Caso o reajuste ou revisão do valor da tarifa não seja apreciada pelo CONCEDENTE no prazo de 30 (trinta) dias a CONCESSIONÁRIA poderá praticar a nova proposta tarifária.
- 8.9. Regular o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;
- 8.10. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- 8.11. Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;
- 8.12. Extinguir a Concessão, na forma prevista no contrato;
- 8.13. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da Concessão;
- 8.14. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar-se e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas;
- 8.15. Declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à CONCESSIONÁRIA, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;
- 8.16. Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação;
- 8.17. Estimular a formação de associações de usuários para a defesa dos interesses relativos aos serviços.

#### CLÁUSULA NONA – SERVIÇOS EXTRAS

A CONCESSIONÁRIA somente se obriga a realizar os investimentos que estejam previstos na sua PROPOSTA, sendo que qualquer modificação que venha a ocorrer será objeto de renegociação entre as PARTES, cabendo ao PODER CONCEDENTE rever a tarifa de modo a restabelecer o equilíbrio econômico - financeiro do Contrato.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONCEDENTE pode solicitar à CONCESSIONÁRIA, e esta deverá atender alterações no planejamento dos serviços, objeto desta contratação, assegurada a manutenção do equilíbrio da equação econômico - financeira advinda do Planejamento Econômico - Financeiro da Concessão, constante da PROPOSTA COMERCIAL ofertada pela CONCESSIONÁRIA na Licitação que antecedeu o presente contrato.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

Incumbe à CONCESSIONÁRIA a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao Poder Concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere o § 2º, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

#### PARÁGRAFO QUARTO

Os contratos celebrados entre a concessionária e os terceiros a que se refere o parágrafo



anterior reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o Poder Concedente.

#### PARÁGRAFO QUINTO

A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares da modalidade do serviço concedido.

#### PARÁGRAFO SEXTO

É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder Concedente, sendo a outorga de subconcessão precedida de concorrência, onde o subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.

#### PARÁGRAFO SÉTIMO

A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária, sem prévia anuência do poder Concedente, implica a caducidade da concessão, sendo que, para obter a referida anuência, o pretendente deverá:

- I – Atender às exigências da capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e
- II – comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO

Constituem direitos dos usuários:

- Exigir a prestação de um serviço em nível adequado pela Concessionária, de forma a ver atendidas as suas necessidades de saúde e higiene;
- Receber as informações necessárias quanto aos serviços concedidos, bem como quanto à qualidade dos mesmos.
- O usuário tem a obrigação de pagar em dia as contas relativas às tarifas e à prestação dos demais serviços ora concedidos, sob pena de ter os serviços suspensos, conforme o previsto neste instrumento.
- Os direitos e obrigações do usuário encontram-se definidos no Regulamento da Concessão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

No exercício de suas atividades, poderá a CONCESSIONÁRIA utilizar os bens públicos municipais para a realização de obras e instalações.

#### PARÁGRAFO ÚNICO

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária reverterão automaticamente ao Município de Porto Esperidião, bem como os bens e instalações acrescidos aos mesmos durante a vigência deste instrumento, em perfeitas condições de uso, conforme as diretrizes previstas neste instrumento, ressalvado o desgaste por uso normal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prefeitura Municipal deverá fiscalizar e assegurar, através do disposto em lei, o fiel e integral



cumprimento de todas as obrigações previstas neste Contrato, podendo para tanto utilizar-se de órgão técnico da Concedente ou por entidades com ela conveniada, de acordo com as normas inerentes aos mesmos.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para que a PREFEITURA MUNICIPAL possa exercer devidamente sua fiscalização, a Concessionária deverá manter em seu escritório de administração todos os elementos necessários à prestação das informações e dos esclarecimentos que lhe forem solicitados.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

A Concessionária deverá preparar e apresentar, anualmente, ao PODER CONCEDENTE um relatório dos serviços ora concedidos, bem como dos investimentos realizados, devendo constar no aludido relatório todas as atividades ocorridas no ano anterior, de modo a existir um perfeito controle quanto à prestação dos serviços concedidos, bem como quanto à manutenção do equilíbrio econômico - financeiro do Contrato. Além do atendimento ao exigido no presente parágrafo, caberá a Concessionária cumprir o previsto no Artigo 23, item XIV da Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1.995.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

A presente Concessão poderá ser extinta por:

- I – advento do termo contratual;
- II – encampação;
- III – caducidade;
- IV – rescisão;
- V – anulação;
- VI – falência ou extinção da empresa concessionária.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo Poder Concedente, procedendo-se aos levantamentos, às avaliações e liquidações necessários.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder Concedente, de todos os bens reversíveis.

#### PARÁGRAFO QUARTO

Nos casos previstos nos incisos I e II desta cláusula, o Poder Concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e às avaliações necessárias à determinação dos montantes da indenização, na forma dos art. 36 e 37 da Lei 8.987.

#### PARÁGRAFO QUINTO

A reversão do advento do termo contratual dar-se-á com indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que





tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

#### PARÁGRAFO SEXTO

Considera-se encampação a retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por motivos de interesse público, mediante Lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

#### PARÁGRAFO SÉTIMO

A inexecução total ou parcial do contrato acarreta, a critério do poder Concedente, a declaração da caducidade da concessão ou a ampliação das sanções contratuais, respeitadas as disposições do art. 27, da lei 8.987 e as normas convencionadas entre as partes.

#### PARÁGRAFO OITAVO

A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo Poder Concedente quando:

- I – o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- II – a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;
- III – a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou de força maior;
- IV – a concessionária perder condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;
- V – a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
- VI – a concessionária não atender a intimação do poder Concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço;
- VII – a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

#### PARÁGRAFO NONO

A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

#### PARÁGRAFO DÉCIMO

Não será instaurado processo administrativo da inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no § 1º deste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

#### PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder Concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no recurso do processo.

#### PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

A indenização de que trata o parágrafo anterior será devida na forma do art. 36 da lei 8.987 e do contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Concessionária.





#### PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Declarada a caducidade, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com parceiros ou com empregados da concessionária.

#### PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimentos das normas contratuais pelo poder Concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

#### PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

Na hipótese prevista no parágrafo décimo quarto, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão transitada em julgado.

#### PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

Extinta a Concessão, em qualquer das hipóteses legais, as PARTES, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da assunção do serviço pela PREFEITURA MUNICIPAL concluirão todos os levantamentos, avaliações e liquidações necessários, sendo que a reversão dos bens, direitos e privilégios vinculados à Concessão somente será efetuada quando do efetivo pagamento da indenização devida.

#### PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO

O presente Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Concessionária, amigavelmente ou através de medida judicial cabível, quando do descumprimento pela PREFEITURA MUNICIPAL de suas obrigações legais e contratuais, respeitado o direito às indenizações estabelecidas neste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIAS

A Concessionária se obriga a apresentar, no ato da assinatura deste instrumento, uma Garantia nos termos do item 10.5 do Edital.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Nos contratos de financiamentos, a concessionária poderá oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES

A inadimplência total ou parcial da concessionária, na execução do contrato de concessão, implica, a critério do poder concedente, a aplicação das seguintes penalidades:

- advertência;
- multa administrativa, graduável, conforme gravidade da infração, não excedendo cada uma a 1% (um por cento) do valor médio do faturamento dos últimos três meses e, em seu total, o equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, cumulável com as demais sanções;
- multa de até 20% (vinte por cento) do valor do faturamento anual do exercício anterior, conforme a gravidade da infração, no caso de rescisão por culpa da Concessionária.



- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) extinção do contrato;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – INDENIZAÇÕES

A PREFEITURA MUNICIPAL se obriga a indenizar a Concessionária pelos investimentos realizados ao longo do período de Concessão, e não amortizados até o término ou rescisão do presente Contrato, sendo que a indenização de que cuida esta Cláusula será calculada com base no valor atualizado dos investimentos, deduzidas as amortizações praticadas durante o período de vigência da CONCESSÃO, além de outras eventuais indenizações cabíveis nos termos do artigo 79, parágrafo segundo, da Lei 8.666/93.

#### PARÁGRAFO ÚNICO

No caso de encampação ou resgate, o pagamento da indenização devida à Concessionária deverá ser feito antecipadamente pela PREFEITURA MUNICIPAL.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – TRIBUTOS

A Concessionária será responsável por todos os tributos incidentes sobre os serviços ora concedidos, não cabendo ao PODER CONCEDENTE qualquer responsabilidade quanto aos mesmos.

#### PARÁGRAFO ÚNICO

Caso venham a ser criados novos tributos ao longo do prazo de vigência do presente Contrato, ou que sejam alterados os tributos existentes, de modo a afetar o equilíbrio econômico - financeiro inicial do mesmo, as tarifas deverão ser imediatamente revisadas, a fim de manter a estrutura inicial da Concessão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Esperidião, para a solução de qualquer pendência originada no presente contrato, renunciando as Partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – LEGISLAÇÃO

O presente contrato será regido em suas omissões e na interpretação de suas condições pelo disposto na Lei Federal 8.666/93 e Lei 8.883/94, Lei Federal 8.987/95, Lei Federal 11.445/2007, Lei Orgânica do Município, e demais legislações aplicáveis, bem como pelo constante no Edital de Licitação que o antecedeu.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS PARAGRAFO PRIMEIRO

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com base na legislação vigente aplicável ao



caso e ainda com base no edital da Concorrência Pública nº 001/2012.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

As partes declaram-se vinculadas aos termos da Concorrência Pública nº 001/2012.

E por estarem assim justas e contatadas, assinam o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual valor e teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Esperidião - MT / 21 de dezembro de 2012.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO  
PODER CONCEDENTE**

Martins Dias de Oliveira

**AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.  
CONSÓRCIO ÁGUA E ESGOTO DE PORTO ESPERIDIÃO  
CONCESSIONARIA**

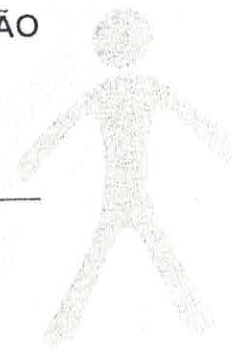
Radamés Andrade Casseb

Julio de Oliveira Moreira

**EQUIPAV ENGENHARIA LTDA.  
CONSÓRCIO ÁGUA E ESGOTO DE PORTO ESPERIDIÃO  
CONCESSIONARIA**

Julio de Oliveira Moreira

José Ailton Rodrigues



Testemunhas:

RG: 10.111.111-11

CPF: 540.011.111-11

MARIA REGINA CASTRO MARTINS

RG: 000930423 SSP/MS

CPF: 016.666.481-29

Diego Rafael Dal Masco





Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 54/2017

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 15/2017

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE OCNSTRUÇÃO.**

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pelo Secretário Municipal de Administração, pela qual justifica que a contratação de empresa para fornecimento de material de construção, proporcionará a qualificação nos serviços contínuos, bem como nos possíveis pequenos serviços de reparos, consertos e serviços públicos de manutenção.

Anexados os parâmetros de preços, porém a modalidade admite a disponibilização no momento da contratação (CGU-Perguntas e repostas-disponível internet).

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O "caput" do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Edital cumpre adequadamente a exigência, eis que esclarece o objeto como sendo a revitalização do sistema de iluminação pública da Avenida Januário Santana do Carmo, com a substituição do sistema atual por luminárias com tecnologia LED, sob o regime de execução indireta com o fornecimento de todo o material.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;